

Nº 503 • ANO XLV
JANEIRO 2016 • MENSAL • €1,50

Revista da **ARMADA**

CLASSE VASCO DA GAMA

25 ANOS

ABERTURA DO
ANO OPERACIONAL

A CRISE MIGRATÓRIA
NA EUROPA

NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA
SNMG1



MENSAGEM DE ANO NOVO DO ALMIRANTE CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA E AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL



Foto: SAI FZ Horta Pereira

Vivemos, atualmente, numa fase dinâmica e de alguma forma desestabilizadora da ordem internacional, bem patente nas alterações na forma de atuar de relevantes atores e interesses internacionais num mundo cada vez mais caracterizado pela mudança e pela incerteza.

Em Portugal, no último ano, fomos marcados por continuadas restrições financeiras, com repercussões significativas na atividade da Marinha, mas também nas famílias dos militares, militarizados e civis que servem esta secular instituição. O acrescer de sacrifícios, por vezes diários, foi bravamente combatido por uma atitude de disponibilidade, dedicação desinteressada e empenho, sem condições, dos nossos homens e mulheres.

No ano de 2016, que agora iniciamos, assinalam-se os 25 anos da incorporação das fragatas Vasco da Gama no dispositi-

vo, que marcou uma nova era na história recente da nossa Marinha. Estas deram início a uma nova forma de estar no mar, lançando a Marinha para uma nova capacidade de realização e desempenho.

Esta será uma boa razão para que em 2016 sejamos capazes de dar continuidade a este impulso, mantendo a modernidade na Marinha. Será nesse intuito que me empenharei, diariamente, com os instrumentos de que disponho, para criar as condições necessárias para que a Marinha cumpra as suas missões cada vez de forma mais completa, eficiente e eficaz.

Fá-lo-ei totalmente consciente de que é minha obrigação garantir às novas gerações as oportunidades necessárias para adquirir a experiência adequada, preparando-os assim para dar resposta aos novos desafios, assegurando “Uma Marinha pronta e credível para defender

os interesses de Portugal no Mar!”.

Esta será a fórmula que, suportada na nossa coesão, valorizada pela nossa ética e pela vontade altruísta de servir Portugal no Mar, permitirá honrar o importante legado dos nossos antepassados.

Finalmente, expresso a minha convicção num Portugal que se virará cada vez mais para o mar, para esse espaço de oportunidade que se nos abre. A geografia assim nos exige e a história assim nos lembra e por isso estou confiante que a Marinha será sempre indispensável para a afirmação e prestígio de Portugal.

Bom e Próspero ano de 2016


Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso
Almirante

SUMÁRIO

04	Strategia 18
06	Estado Islâmico
10	Míssil "SUBHARPOON"
11	Fragatas da Classe <i>Vasco da Gama</i>
21	Escola Naval
22	Prémio Internacional
23	"In Memoriam" do Capelão Amorim / Tomada de Posse
24	Entregas de Comando
25	Academia de Marinha
27	Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha. 10 Anos
28	Notícias
29	Estórias (18)
30	Vigia da História (80)
31	Novas Histórias da Botica (49)
32	Saúde para Todos (31)
33	Quarto de Folga
34	Notícias Pessoais / Convívios
CC	Símbolos Heráldicos



Revista da
ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 503 / Ano XLV
Janeiro 2016

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Diretor
CALM Carlos Manuel Mina Henriques

Chefe de Redação
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redatora
1TEN TSN- COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SMOR L Mário Jorge Almeida de Carvalho

Desenho Gráfico
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

Administração, Redação e Publicidade
Revista da Armada- Edifício das Instalações
Centrais da Marinha- Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa- Portugal
Telef: 21 159 32 54
Fax: 21 193 84 69

ABERTURA DO ANO OPERACIONAL **08**



14 A CRISE MIGRATÓRIA NA EUROPA



NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA – SNMG1 **16**



Capa
NRP *Vasco da Gama*

NOVA ESTRATÉGIA MARÍTIMA AMERICANA



Segundo a terminologia militar americana, o propósito de qualquer estratégia é “*to balance ends, ways and means*”, ou seja equilibrar *ends* (vertente operacional, i.e. missões ou funções), *ways* (vertente estrutural, i.e. organização e processos) e *means* (vertente genética, i.e. recursos ou capacidades). É também esse o propósito da mais recente estratégia marítima dos EUA, publicada em março de 2015. Porém, antes de a apresentar, justifica-se uma breve abordagem aos documentos homónimos dos últimos 30 anos.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

No início do segundo mandato de Ronald Reagan, em 1986, o Secretário da Marinha John Lehman publicou uma estratégia marítima extremamente marcante. Intitulava-se “*The Maritime Strategy*” e foi um documento típico da guerra fria, dedicando grande atenção a operações ofensivas em larga escala contra a União Soviética. Esta estratégia servia de justificação para uma “*600 ship Navy*” ou “Marinha de 600 navios”, conceito que vinha a ser desenvolvido há algum tempo no seio da *US Navy* e que encontrou nesse documento a indispensável sustentação teórica. A “Marinha de 600 navios” previa 15 porta-aviões, 100 submarinos de ataque e a recuperação dos 4 couraçados da classe “*Iowa*”, equipando-os com mísseis *Tomahawk* e *Harpoon*. Embora essa estratégia tenha estado na base do lançamento de vários projetos de construção naval, dificuldades financeiras impediriam a plena concretização do plano, nunca se tendo ultrapassado os 566 navios, número atingido em 1988. Não obstante, recentemente, John Lehman escreveu que a análise feita no Kremlin a essa estratégia levou a liderança soviética a concluir que teria que triplicar o orçamento da sua Marinha para conseguir resistir a um ataque americano. Segundo ele, tal terá contribuído grandemente para o colapso da União Soviética.

Com a queda do muro de Berlim, esse documento ficou desfasado da realidade e, em 1992, o Secretário da Marinha e os Comandantes da *US Navy* e do *US Marine Corps* promulgaram uma nova estratégia, intitulada “... *From the sea*”, em que o objetivo primordial deixou de ser o controlo do mar e passou a ser a projeção de força sobre o litoral.

Logo no final de 1992, foi eleito um novo Presidente, Bill Clinton, e as chefias militares da Marinha e dos Fuzileiros consideraram que deviam atualizar a sua estratégia. Assim, em 1994, seria publicada uma atualização da estratégia anterior, assinada pelo novo Secretário da Marinha e pelos dois chefes militares acima referidos. Intitulava-se “*Forward ... from the sea*” e considerava que o papel principal das forças navais em situações aquém-guerra era o empenhamento em áreas longínquas, com o objetivo de prevenir conflitos e controlar crises. Ou seja, o foco passou a ser a presença avançada, em vez da projeção de força.

Em 2007, seria publicada “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*”, que, pela primeira vez, juntou os três serviços marítimos americanos: Marinha, Guarda Costeira e Fuzileiros. A ideia base que presidiu a esse documento foi a de que o bem-estar e a prosperidade globais dependem em grande medida da liberdade de navegação, pois a esmagadora maioria das trocas comerciais decorrem por via marítima. Para isso, é necessário garantir a segurança marítima global, objetivo que não é passível de ser atingido por nenhuma nação individualmente. Daí o documento promover uma estratégia cooperativa, que apelava ao empenhamento colaborativo de navios das mais diversas proveniências, todos irmanados no objetivo comum de contribuir para a segurança dos mares. O grande enfoque dessa estratégia foi, pois, a cooperação.

Entretanto, rebentou a crise financeira global e o ambiente geoestratégico foi-se alterando bastante, obrigando à revisão desse documento. A nova estratégia foi publicada em março de

2015, mantendo o título da anterior e acrescentando-lhe o subtítulo: “*Forward, Engaged, Ready*”. Este documento, além de ser assinado pelos Comandantes da Marinha, da Guarda Costeira e dos Fuzileiros, conta também com um prefácio do Secretário da Marinha Ray Mabus, o que evidencia o comprometimento da liderança política americana.

BREVE APRECIACÃO

Gostaria de começar esta apreciação com dois comentários, antes da análise do conteúdo propriamente dito.

O primeiro comentário tem a ver com a extensão do documento. Com efeito, enquanto a estratégia de 2007 tinha 20 páginas, o texto agora aprovado tem exatamente o dobro. Por um lado, isso pode dificultar a sua divulgação pública pois haverá menos predisposição para ler e digerir um documento que é significativamente mais extenso. Por outro lado, permite incluir mais informação, sendo que, neste caso, uma das novidades é uma secção com as ações concretas a desenvolver, qual verdadeiro plano de ação.

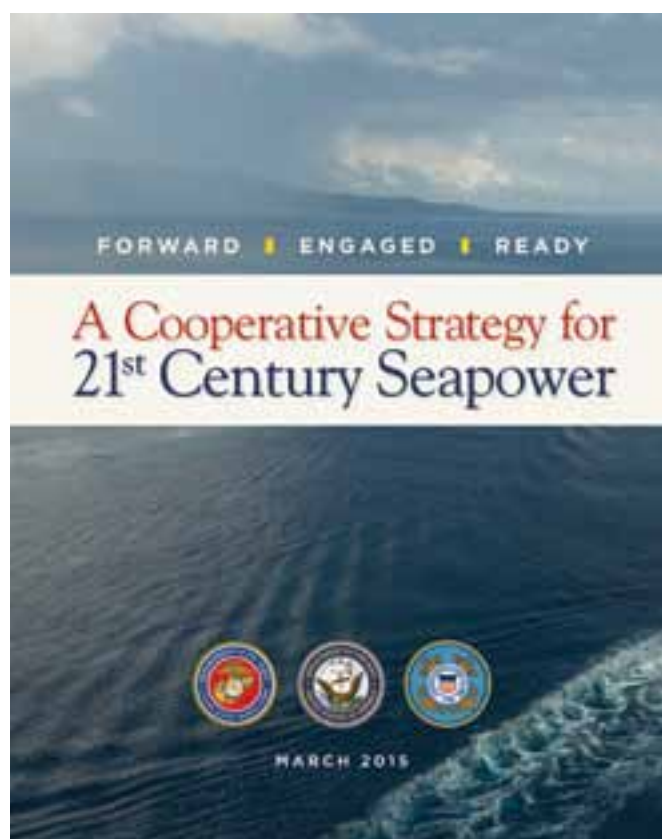
O segundo comentário tem a ver com a existência de versões oficiais desta nova estratégia em sete línguas, além do inglês, o que mostra como as autoridades americanas estão a valorizar a cooperação com as marinhas e outros departamentos marítimos estrangeiros. As línguas em apreço são o japonês, o mandarim, o árabe, o espanhol, o coreano, o francês e o português (<http://www.navy.mil/local/maritime/>). A tradução para a língua de Camões (sendo que, por exemplo, a língua de Goethe não mereceu a mesma distinção, apesar do protagonismo da Alemanha na arena internacional) evidencia a importância fulcral da lusofonia nos assuntos do mar e da segurança marítima.

Voltando agora a atenção para o conteúdo, esta é uma estratégia muito mais virada para o “*hard maritime power*” do que a anterior, cujo acento tónico era o “*soft maritime power*”. Isso espelha a evolução do ambiente de segurança global. Com efeito, é um lugar-comum referir que o mundo se tornou mais instável e perigoso, nomeadamente com o aumento da assertividade da China no Pacífico ocidental e o envolvimento da Rússia na Ucrânia, além da ascensão do autodenominado Estado Islâmico.

Além disso, duas ideias fortes presidem a toda esta nova estratégia marítima: presença avançada e parcerias.

Relativamente à presença avançada, o documento advoga que o pré-posicionamento de forças navais, pelo mundo fora, é a melhor forma de moldar o ambiente de segurança mundial, proteger os interesses americanos e promover a prosperidade global, defendendo a liberdade de navegação. A partir desta ideia forte, parte-se para um dos aspetos mais interessantes do documento, que é a dedução do número e do tipo de plataformas necessárias para cumprir com os propósitos definidos na própria estratégia. Assim, é estabelecido o objetivo de, em 2020, possuir 120 navios destacados fora dos EUA (neste momento são 97), daí se deduzindo a necessidade de a Marinha manter uma esquadra de mais de 300 navios (atualmente compreende 275 unidades). Adicionalmente, o documento também estabelece os objetivos genéticos para os Fuzileiros (33 navios anfíbios, operados pela Marinha) e para a Guarda Costeira (91 navios).

Relativamente às parcerias, este documento reitera a importância de os serviços marítimos de todo o mundo atuarem de forma concertada na proteção e salvaguarda da segurança global. Esta era uma ideia que já estava bem presente na versão de 2007, sendo que



a grande novidade é a introdução do conceito de “*global network of navies*”, ou “rede global de marinhas”. Esta é uma reciclagem do conceito da “*1000 ship Navy*”, ou “Marinha de 1000 navios”, lançado pelo Alm. Mike Mullen em 2005, quando disse almejar “uma «*1000 ship Navy*» (...) composta por todas as nações amantes da liberdade, guardando os mares e fazendo-o em conjunto”. Agora, esse mesmo conceito ganha esta nova designação de “rede global de marinhas” – a qual vai certamente ter grande protagonismo no léxico naval, nos tempos mais próximos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi referido acima, o grande foco da estratégia de 1994 era a presença avançada e o da estratégia de 2007 era a cooperação. Este novo documento – ao eleger a presença avançada e as parcerias como ideias fortes da estratégia marítima americana – faz, de algum modo, uma síntese entre os dois anteriores, repescando os seus conceitos nucleares.

Para finalizar, gostaria de referir que encontrar o adequado equilíbrio entre “*ends, ways and means*”, num documento estruturante, é sempre bastante difícil, pois é raro os autores de uma estratégia controlarem todos os dados relativos ao seu emprego, organização e edificação. Contudo, a mais recente estratégia marítima americana consegue-o de forma bastante aceitável, ao elencar as funções essenciais do poder marítimo americano (*ends*) e ao apontar a organização (*ways*) e o sistema de forças (*means*) necessários para cumprir as referidas funções. Esse elenco de funções do poder marítimo americano é, aliás, um dos aspetos mais interessantes do documento, justificando discussão mais detalhada no próximo mês.

ESTADO ISLÂMICO

LIMITES DA ESTADUALIDADE: UM OBSTÁCULO AO CONSTITUCIONALISMO GLOBAL?

As seculares democracias pluralistas ocidentais são o resultado lógico da filosofia liberal, sendo-lhes reconhecido o esforço na edificação de modelos de sociedade constituídos por um poder político democrático, com uma ordem jurídica axiologicamente justa e vinculados internacionalmente à tutela dos direitos fundamentais. A dignidade humana é hoje entendida como um dogma da confluência jurídica universal, identificando-se como sentido único de um Direito justo.

Vivemos num mundo desterritorializado, onde não existem barreiras de tempo e de espaço para que as pessoas comuniquem. A disseminação, quase instantânea, de uma onda revolucionária de manifestações e protestos contra o regime ditatorial de Zine El Abidini Ben Ali, na Tunísia, em dezembro de 2010, onde o povo se insurgiu reivindicando valores liberais, foi o mote para um fenómeno político-social, que se apelidou de «Primavera Árabe». O regime liderado por Bashar al-Assad, não ficou imune à expressão da Primavera Árabe por diversos países do Magreb e do Médio Oriente, e entre tumultos e contestações, o seu exército não foi capaz de manter a ordem social, levando a que os rebeldes lograssem congregar apoios com vista à queda do regime “ditatorial” liderado pelo presidente Sírio. Com o país fragmentado, a Síria mergulha numa profunda Guerra Civil, e é neste contexto que surgem atores que se alimentam do desespero, do sentimento assumido de opressão e da visão do Ocidente como invasor. A partir desta efeméride, destaca-se na imprensa internacional a expressão «ad-Dawlah al-`Islâmiyyah», designada pelos média como Islamic State of Iraq and Levant (ISIL) ou Islamic State of Iraq and Syria (ISIS). Este movimento islâmico radical apresenta-se como um órgão de base territorial, com autonomia técnica, financeira e administrativa, usa a identidade árabe e a mitologia de antigos impérios, tem uma ideologia de pan-islamismo e orienta-se por uma interpretação extremista da religião islâmica, tendo como fundamento desta atitude arrogante o desprezo pelo mundo moderno e a restrição do conceito de liberdade, apresentada não como um princípio universal, mas como uma especificidade da cultura ocidental.

Salienta-se que a resistência à ordem internacional liberal envolve igualmente um ataque a princípios constitutivos das sociedades ocidentais: Em primeiro lugar, por rejeitarem a conce-

ção secular de Estado, defendendo em alternativa uma concepção teocrática ou clerical da autoridade soberana, substituindo por critérios religiosos os critérios políticos no tratamento dos conflitos. Em segundo lugar, ao abandonarem a distinção de alvos civis e alvos militares, o que significa igualmente a rejeição do princípio central de um instituto fundamental da sociedade internacional moderna, a guerra justa. Decorrente da dignidade da pessoa humana, as sociedades com fundamentos liberais retiraram o corolário da humanização dos conflitos armados, encontrando-se vedado, em caso de conflito armado, a escolha ilimitada de métodos e meios de guerra, proibindo-se a utilização de armas, projéteis e materiais ou métodos que causem danos supérfluos, tal como se encontra vedada a ordem da execução de sobreviventes. Na perspetiva ocidental, a existência de conflitos armados pauta-se por regras jurídicas que procuram humanizar as condições dos seres humanos envolvidos, visando, desta forma, substituir em cenários de guerra uma proliferação ajurídica em matéria de atentados contra a pessoa humana. O ordenamento jurídico limita assim a arbitrariedade, crueldade e maldade do ser humano contra o seu semelhante. A rejeição do princípio “*ius in bello*” enquadra-se no “*modus operandi*” do ISIS, que visa quebrar a vontade política, utilizando táticas de guerrilha e guerra assimétrica, com recurso a crime organizado e uso de meios terroristas contra a população civil e alvos não militares. Esta alteração doutrinária da guerra executada pelo ISIS revela ainda um conhecimento perfeito das vulnerabilidades das sociedades ocidentais. O que as sociedades ocidentais chamam de alvos civis, para os terroristas é apenas o flanco mais fraco de uma sociedade inimiga e opressora.

Alicerçado no respeito pela dignidade da pessoa humana, o estado de direitos fundamentais serve de garantia à inviolabilidade da mesma dignidade, que é inerente a cada pessoa individual e concreta. Trata-se de um modelo de sociedade política, vinculada internacionalmente à tutela dos direitos fundamentais, constituída por um poder político democrático, com uma ordem jurídica axiologicamente justa, que possui normas dotadas de eficácia reforçada no que concerne aos direitos fundamentais.

A relevância dada ao sentido conceptual da dignidade da pessoa humana nas nações ocidentais conjuga quatro vertentes

tes: 1ª. O contributo judaico-cristão, configurando a pessoa humana como um ser criado à imagem e semelhança de Deus, dotado de valor sagrado; 2ª. A percepção renascentista deixada por Pico de Mirandola que, reconhecendo a cada pessoa a capacidade de determinar o seu próprio destino, articula a liberdade e a soberania da vontade; 3ª. A máxima de que uma pessoa é sempre um fim em si mesma, não podendo ter preço e nunca sendo válida a sua transformação ou degradação em meio, coisa ou objeto, enraizada pelo pensamento kantiano; 4ª. O movimento existencialista, deixando claro que não se trata de um conceito abstrato ou transpersonalista da pessoa humana, antes a dignidade humana tem sempre como referencial cada ser humano vivo e concreto.

A dignidade humana é hoje entendida como um dogma da confluência da consciência jurídica universal, identificando-se como sentido único de um Direito justo, ou seja, servindo com valor absoluto único e inviolável, cada ser humano vivo e concreto. Este princípio consubstancia um valor cimeiro dos ordenamentos jurídicos, sendo a base de toda a ordem constitucional, sendo que é nela que reside o fundamento, o limite e o critério da validade do Direito. Possuindo assim um efeito irradiante sobre todo o restante ordenamento jurídico, ditando normas permissivas ou proibitivas.

Dos inúmeros obstáculos à dignidade da pessoa humana e conseqüentemente ao nível de direitos humanos já alcançados, salienta-se a intolerância religiosa, personificada no fundamentalismo religioso, que acarreta ameaças múltiplas à cultura do respeito pelos direitos fundamentais. O fundamentalismo religioso, no caso concreto, o fundamentalismo religioso islâmico, desvaloriza a vida humana segundo uma aposta total e absoluta na felicidade após a morte, fazendo da lei religiosa fonte da lei civil. Este fundamentalismo pode provocar uma rotura nas bases no modelo de estado de direitos humanos a dois níveis distintos: 1º. O ser humano, desde a sua própria vida até à liberdade de expressão e de consciência, surge desvalorizado perante a religião, desaparecendo ou relativizando o valor da pessoa como um alicerce do estado. O fundamentalismo religioso próprio dos estados islâmicos rejeita qualquer ideia de estado de direitos fundamentais, ou estado de direitos humanos; 2º. Visando a concretização dos seus propósitos, o fundamentalismo islâmico utiliza todo um conjunto de meios violentos, substituindo a tolerância pela tortura e execução dos opositores internos e recorrendo a atentados terroristas para contrariar inimigos externos.

Neste último ponto, o fundamentalismo islâmico tem suscitado o repensar das defesas dos Estados ocidentais. Estando a doutrina muito dividida, no que concerne ao tratamento a dar a quem, aproveitando-se da tolerância das sociedades pluralistas e democráticas, visa destruir essa mesma tolerância.

Ainda em matéria de intolerância, um outro fator de inquietação do estado de direitos humanos é protagonizado a nível político através do terrorismo. A segurança tem vindo assim a tornar-se um valor prevalecente sobre a liberdade, invertendo-se um dos postulados do Estado de direitos humanos. Existe hoje uma suspeita geral sobre os cidadãos em abstrato, a liberdade debilitou-se perante situações de potencial risco, observando-se em certas ocasiões um retrocesso dos valores já alcançados. Nesta balança de risco, onde a liberdade é jogada com a segurança, o estado de direitos humanos pode estar refém do terrorismo ou, por paradoxal que possa parecer, pode ser refém

de certas formas de combate ao terrorismo. Uma prevalência absoluta do valor da segurança pode ser tão nefasta para os direitos fundamentais como o mais bárbaro e covarde atentado terrorista. Esse é, alias, o trunfo dos movimentos terroristas que, independentemente de qualquer atentado, exercem uma psicologia de terror, instigando a prevalência da segurança sobre a liberdade, fazendo cair os governantes na armadilha programada pelos terroristas contra as instituições democráticas. A subtileza da ameaça traçada ao estado de direitos humanos resulta da necessidade de segurança provocada pelo perigo de terrorismo. Os terroristas adquirem um poder reconfigurado da relação entre a segurança e liberdade na democracia.

O autoproclamado Estado Islâmico não é comparável a nada que a história nos tenha ensinado. É um inimigo comum da humanidade que nasceu num mundo onde as fronteiras são tão ténues como a linha que separa o aliado do inimigo, deve ser contido, enfraquecido e extinto.

Do exposto, torna-se evidente que o autoproclamado Estado Islâmico representa uma ameaça aos valores seculares e liberais dominantes nas sociedades ocidentais, com contornos ideológicos e políticos bem definidos.

A natureza radical do ISIS resulta dos meios e objetivos utilizados, ou seja, através do recurso à guerra e ao terrorismo, prosseguiram a instalação de regime político islâmico com base territorial, redesenhando o mapa do médio oriente, e almejando tomar o controlo de um território ainda maior.

É evidente que tudo isto constitui um desafio aos países ocidentais, e a natureza da resposta será decisiva para o futuro da ordem internacional. Os acontecimentos recentes permitem antecipar algumas conclusões:

Em primeiro lugar, sempre que ocorram ataques às sociedades amantes da paz, ou seja, fundadas sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, a resposta terá necessariamente uma natureza militar e decisiva, pois não podemos ser tolerantes perante a intolerância, como refere o Professor Paulo Otero: “a necessidade de salvar uma pluralidade de seres humanos nunca torna lícito sacrificar a vida de um só ser humano, salvo se este representar a fonte de agressão intencional e deliberada de todos aqueles que têm a sua vida em risco”.

Em segundo lugar, os estados pluralistas do ocidente terão provavelmente que reconhecer os limites da universalização de modelos políticos liberais e seculares, como a democracia. Nas sociedades islâmicas, a religião tem um peso muito significativo na vida pública, tornando impossível reduzir o islão à vida privada dos cidadãos. No entanto, isto não significa a radicalização dessas sociedades, como é conhecido, existem igualmente versões moderadas do islamismo político.

Em terceiro lugar, pressupondo que as fronteiras do Estado Islâmico se encontram desenhadas e circunscritas à área conhecida, devemos ou não compactuar com a intolerância, arrogância e brutalidade? Compactuando, temos ainda a obrigação de acolher as centenas de milhares de refugiados, proporcionando-lhes bem-estar social, premissa que traduz uma dimensão axiológica da própria dignidade humana, ou seja, mesmo com o Estado Islâmico territorialmente circunscrito, mantêm-se o desafio ao constitucionalismo global.

ABERTURA DO ANO OPERACIONAL



Foto: ISAR A. Ferreira Dias

Para assinalar a Abertura do Ano Operacional 2015/2016, realizou-se no passado dia 19 de novembro, na Escola de Fuzileiros, em Vale de Zebro, uma Cerimónia Militar, presidida pelo ALM CEMA/AMN, que contou com a presença de mais de 150 convidados militares e civis, destacando-se entre eles o Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República e o Vice-presidente da Câmara Municipal de Almada.

Este ano a abertura formal do Ano Operacional recuperou o tradicional formato, o que não se verificava desde 2010, dada a conjectura que o país, e em particular a Marinha, atravessavam, optando-se nos anos subsequentes por formatos mais simples. Este regresso ao anterior modelo foi decidido “*não pelo desejo de inovar, mas pelo facto de se pretender transmitir uma nova cultura de mudança [...] indispensável à afirmação de modernidade que se pretende atingir*”, como referiu o VALM Pereira da Cunha, Comandante Naval, no início da sua alocução.

Com a finalidade de apresentar o balanço anual da atividade operacional, esta cerimónia é assinalada igualmente pelo início de um novo ciclo, perspetivando

o futuro e constituindo-se ainda como uma excelente oportunidade para o ALM CEMA/AMN e o VALM Comandante Naval transmitirem diretamente à comunidade operacional as suas diretrizes e reconhecer o trabalho desenvolvido pelos que – no mar, no ar, no litoral e em terra – dão o seu melhor ao País e à Marinha.

A cerimónia de Abertura do Ano Operacional teve início na Doca da Marinha, em Lisboa, onde o ALM CEMA/AMN foi recebido pelo Comandante Naval e pelo Comandante da Base Naval de Lisboa. O trânsito para a BNL foi efetuado a bordo da UAM *Alva*, onde embarcou o Almirante CEMA acompanhado do Comandante Naval.

Já na Base, foi efetuada a Revista Naval às unidades navais atracadas, pela seguinte ordem: NRP *Schultz Xavier*, NRP *Álvares Cabral*, NRP *Vasco da Gama*, NRP *Almirante Gago Coutinho*, NRP *Sagres*, NRP *António Enes*, NRP *D. Carlos I*, NRP *João Roby*, NRP *Jacinto Cândido*, NRP *Figueira da Foz*, NRP *Cacine*, NRP *Andrómeda*, NRP *Auriga*, NRP *Argos*, NRP *Orion*, NRP *Centaurus*, NRP *Pégaso*, NRP *Sagitário*, NRP *Águia*, NRP *Cisne*, NRP *Tridente*, NRP *Zarco*, NRP *Polar*, NTM *Creoula* e NRP *Bérrio*, que prestaram as honras previstas pela Ordenança do Serviço Naval.

Após a Revista Naval deu-se início ao trânsito, primeiro no Tejo e depois no rio Coina, com destino à Escola de Fuzileiros, cais da UMD.

Já na parada da Escola de Fuzileiros, a Cerimónia Militar teve início com a Imposição de Insignias, onde foram agraciados 20 militares que prestam serviço no setor do Comando Naval, seguindo-se a Homenagem aos Mortos em Defesa da Pátria, com a evocação proferida pelo Capelão da Escola de Fuzileiros, CTEN Licínio da Silva, e as alocuções do Almirante CEMA e Comandante Naval.

O VALM Pereira da Cunha começou o seu discurso saudando “*todos os militares que hoje, ausentes, cumprem as suas tarefas e missões nos teatros de operações um pouco por todo o mundo*” e agradecendo a presença “*de tão ilustres convidados militares e civis que interpreto como uma sã cooperação com a componente operacional, nas suas múltiplas disciplinas*”.

Da análise da atividade operacional desenvolvida nos dezasseis meses após a sua tomada de posse, o Comandante Naval realçou a certificação do COMPOTG e do seu Estado-Maior, a crescente participação em exercícios internacionais como o JOINT WARRIOR 15, o planeamento e

execução do CONTEX-PHIBEX 15, que envolveu mais de 2700 militares em 11 dias, a participação nos exercícios NOBLE MARINER, LUSITANO, REAL THAW, ORION, FELINO, SEABORDER, TRIDENT JUNCTURE e os REP14 e 15 de apoio à comunidade científica. Das operações reais em que a Marinha participou foram enunciadas a operação ACTIVE ENDEAVOUR, a operação TRITON no Mediterrâneo, e da qual resultou o resgate de 585 migrantes, a operação DJAR FOGO, por ocasião da erupção do vulcão da ilha do Fogo, a operação MAR ABERTO, a ÍNDALO, o Comando da SNMG1, não esquecendo a contribuição para as EUTM RCA e MALI, RESOLUTE SUPPORT, no Afeganistão, e a CIM do Kosovo. No âmbito da Busca e Salvamento no Mar, foi ainda realizada a coordenação dos MRCC's de Lisboa e Ponta Delgada, de onde ressalta o número de 452 vidas salvas.

Ao longo da sua intervenção, o Comandante Naval abordou ainda questões relacionadas com a reestruturação e transferência do Comando Naval, afirmando que *“está na hora de regressar ao berço da esquadra, a BNL. Estamos em vias de concretizar a mudança, concluindo um projeto complexo, mas que motivou os setores envolvidos, [...] partilhando connosco uma ideia que hoje nos irá fazer sentir orgulhosos pela iniciativa, por aquilo que representará para a geração vindoura.”*

Também a reestruturação do Corpo de Fuzileiros assumiu parte significativa nesta alocução, onde o Comandante Naval garantiu tratar-se de uma *“premissa de maior dimensão, porque envolve mudanças culturais, profundas alterações organizacionais, [...] e uma completa reconfiguração das forças que exigem também uma renovada forma de abordagem ao*

seu emprego”, e mais, “o Corpo de Fuzileiros carece de uma nova localização que incorpore e promova uma melhor articulação entre todas as suas valências [...] tal seria atingido, se se promovesse a sua transferência para a sua concentração num único local, fora da BNL.”

A encerrar a sua intervenção o VALM Pereira da Cunha afirma que os *“últimos dezasseis meses corresponderam a uma expectativa operacional muito desejada pelo setor, atingindo-se um nível satisfatório, mas ainda aquém do desejável.”*

Por sua vez, o ALM CEMA/AMN sublinhou *“o trabalho e esforço por todos desenvolvido ao longo do último ano e meio, num período difícil de restrições financeiras, com repercussões significativas na atividade da Marinha, mas também nas famílias dos militares, militarizados e civis que servem esta secular instituição. O crescer de sacrifícios, por vezes diários, foi bravamente combatido por uma atitude de disponibilidade, dedicação desinteressada e do empenho, sem condições, dos nossos homens e mulheres. É pois minha obrigação garantir-vos que continuarei, diariamente, com os instrumentos de que disponho, a trabalhar para criar as condições necessárias para que a Marinha cumpra as suas missões de forma completa, eficiente e eficazmente”.*

Na sua alocução, o Comandante da Marinha não esqueceu que *“o recentemente reformulado modelo de duplo uso atribuído ao Comando Naval um papel de relevo no apoio às funções e tarefas da Autoridade Marítima. Este permitirá, no respeito das respetivas competências, uma melhor articulação das diversas áreas de atuação do Estado no mar, alavancando capacidades, através de uma permanente partilha de informação, conhecimento, meios humanos e materiais”.*

Após os discursos deu-se início ao desfile das Forças em Parada comandadas pelo CMG Valente Tinoco, atualmente a desempenhar as funções de 2º Comandante da Flotilha. Das Forças em Parada faziam parte a Banda e a Fanfarras da Armada, sob direção do 1TEN MUS José Veloso, o Bloco de Estandartes Nacionais, comandado pelo CTEN Pereira Cavaco e constituído pelos Estandartes das unidades e organismos do Comando Naval e a sua respetiva escolta, o grupo de Comando, o Bloco de Guiões pertencentes a unidades e organismos do Comando Naval comandado pelo SCH Bárbara Teixeira, o Batalhão Naval a duas companhias, constituído por elementos das guarnições das unidades navais e em terra, comandado pelo CFR Gonçalves Simões, o Destacamento de Ações Especiais, comandado pelo 1TEN FZ Meijburg Viola, o Batalhão de Fuzileiros nº1, constituído pelo Pelotão de Abordagem, Unidade de Polícia Naval e Unidade de Meios de Desembarque, comandado pelo CFR Fernandes Fonseca, o Elemento de Apoio de Serviços em Combate, comandado pelo STEN TSN (MEC) Caspão Rodrigues. A fechar o desfile, em marcha acelerada e a entoar o “grito” dos fuzileiros, desfilou o Batalhão de Fuzileiros nº 2, constituído por três forças de fuzileiros, sob o comando do CFR FZ Martins de Brito. No final, o helicóptero *Lynx* MK95, pilotado pelo CTEN Baptista Cabral, sobrevoou a parada da Escola de Fuzileiros encerrando assim a cerimónia militar de Abertura do Ano Operacional 2015/2016, após o que foi servido um almoço volante na messe de oficiais, onde não faltou o tradicional bolo comemorativo e as Salvas Artilheiras que a Marinha consagrou.

Colaboração do **COMANDO NAVAL**



Foto: ISAR A. Ferreira Dias

MÍSSIL "SUBHARPOON"

Nos passados dias 22 e 25 de setembro, a esquadra, as forças armadas e a Nação concretizaram a aquisição de uma nova e valiosa valência: A capacidade de conduzir ataques de precisão a partir de uma plataforma lançadora encoberta.

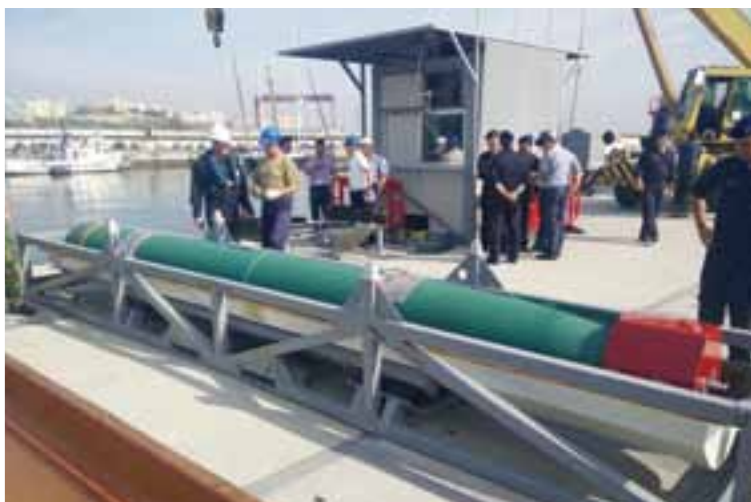
O embarque dos primeiros mísseis UGM-84L "SubHarpoon", além de complementar o leque de opções para ataque a alvos de superfície disponível nos submarinos da classe *Tridente*, veio acrescentar uma ferramenta de ataque terrestre que permite ampliar o espectro de missões dos submarinos às seguintes áreas:

- Preparação de uma costa hostil para o desenvolvimento de operações anfíbias suprimindo alvos costeiros (*SHAPING*);
- Apoio a forças projetadas, com particular destaque para equipas de forças especiais (projetadas de forma encoberta), através da supressão de alvos por estas designados;
- Ataques conduzidos além horizonte contra alvos terrestres e/ou alvos designados por meios/elementos sub-superfície, superfície, aéreos e terrestres;
- Emprego contra alvos de superfície atracados ou a navegar junto a costa.

Esta arma permite estender o envelope de armas dos submarinos da classe *Tridente* para a ordem dos 100 Km, com a elevada precisão e resistência a mistificação concedidas pelo código PPS do sistema GPS, o que permite designar alvos em zonas costeiras altamente edificadas reduzindo o risco de danos colaterais, fator fortemente mediatizado em conflitos recentes.

No âmbito de operações anti-superfície permite ainda usufruir de uma solução de menor poder destrutivo que os torpedos BlackShark, conferindo capacidade de gradação do uso da força por parte dos nossos submarinos.

É uma valência projetada, treinada e validada com o apoio do Destacamento de Ações Especiais em exercícios nacionais, bem como em exercícios internacionais (v.g. exercícios da série NOBLE MARINER/JUSTIFICATION, que têm contado com a participação dos submarinos da classe *Tridente*), tendo passado agora de uma possibilidade para uma capacidade edificada.



Doravante, o poder decisor conta com um alargado leque de opções de emprego de uma arma discreta, silenciosa e eficiente, incrementando as possibilidades de contribuição para as alianças em que o país se insere e robustecendo um dos principais pilares de dissuasão para defesa dos nossos interesses aquém e além mar.

Colaboração do **COMANDO DO NRP TRIDENTE**

FRAGATAS DA CLASSE VASCO DA GAMA

25 ANOS



Estão passados 25 anos sobre a entrega à Marinha de Guerra Portuguesa das fragatas MEKO 200 batizadas com os nomes *Vasco da Gama*, *Álvares Cabral* e *Corte Real*.

As cerimónias de entrega decorreram nos estaleiros da Blohm+Voss (Hamburgo) para a primeira, em 18 de Janeiro, e HDW (Kiel) para as segunda e terceira, em 24 de Maio e 22 de Novembro.

O cerimonial foi semelhante para todos os navios: navios atracados ao cais, guarnição em formatura de costas para o navio e frentes para a tribuna das individualidades; uma banda da Marinha Alemã completava o arranjo para o efeito.

Numa pequena mesa foram formalizadas as assinaturas de entrega dos navios pelos Presidentes dos Estaleiros e os Almirantes Chefes do Estado-Maior da Armada em funções (ALM Andrade e Silva para a primeira, ALM Fuzeta da Ponte para a segunda e VALM Almirante Moreira Rato, em representação do ALM Fuzeta da Ponte, para a terceira). Palavras de circunstância foram proferidas por ambos no momento.

Cabe aqui um pequeno apontamento sobre o cerimonial: não existia qualquer tradição ou “normativos” ou orientação superior, sobre o modo como se deviam “desenhar” estas cerimónias. Assim, os Comandantes indigitados para o comando das *Vasco da Gama* “desenharam” o modelo que lhes pareceu mais adequado e ao seu gosto! No que diz respeito ao NRP *Álvares Cabral*, o Comandante foi autorizado a dirigir, na cerimónia, algumas palavras à futura guarnição e a efetuar o embandeiramento do navio!

Após o formalismo anterior, os Chefes do Estado-Maior da Armada entregaram a Bandeira Nacional, para ser içada a bordo, aos Comandantes dos navios. O Comandante entregou a bandeira ao oficial nomeado para “Oficial de Serviço” ao navio nesse primeiro dia. Este, conjuntamente com o grupo de serviço, subiu a bordo e procedeu ao içar da bandeira ao som dos acordes do Hino Nacional tocados pela banda. Seguiu-se a entrada a bordo da guarnição. O último a entrar, e com as devidas “honras da ordenança”, foi o Comandante.

E estava terminada a cerimónia.

Uma nota final sobre a entrega dos navios parece ser de lembrar: as temperaturas que se fizeram sentir, especialmente na entrega do primeiro navio, vislumbra um “sacrifício enorme” por parte da guarnição, que é de enaltecer, pois os fardamentos em vigor não estavam de modo nenhum adaptados aos rigores das temperaturas que são comuns naqueles locais em determinadas épocas do ano.

A entrega da *Corte Real* marcou o fim do programa MEKO, assim chamado conforme o tipo dos novos meios oceânicos escolhidos para o reequipamento da Marinha. Foi um programa de longa gestação iniciado em 1976 com a colaboração das estruturas da NATO. Foram consideradas várias hipóteses que não lograram aceitação, até que em 1984 são iniciados contactos

com o consórcio alemão responsável pelo projecto MEKO. Foi então possível o apoio de diversos países NATO e a assinatura em Julho de 1986 do contrato para a construção de 3 fragatas tipo MEKO 200 com aquele consórcio.

Representou o mais significativo reequipamento das Forças Armadas nacionais e foi um enorme salto em relação aos meios então existentes. Para além do recurso generalizado à eletrónica e ao computador, o que introduziu capacidade de automação e controlo até então desconhecidas, e para além do aumento da fiabilidade dos equipamentos, os navios foram dotados de sistemas que pela primeira vez a Armada iria operar:

- novas armas, como sejam os mísseis, superfície-superfície (“Harpoon”) e superfície-ar (“Sea Sparrow”), e o sistema de defesa próxima anti-míssil “Vulcan-Phalanx”;
- propulsão por turbinas a gás;
- conceito inovador de limitação de avarias, quer pela construção do navio em zonas estanques e independentes e de desenvolvimento vertical, quer pela disposição dos encanamentos principais dos circuitos de esgoto e de incêndio e dos cabos principais de distribuição de energia (que correm ao longo do fundo do navio), bem como pela vivência no interior do navio em cidadela (sobrepessão de 5 milibares);
- sistemas de comando e controlo para as armas e sensores (“Sewaco”) e para a plataforma e propulsão (“Nautos”), além do já conhecido “Sicc”, em nova versão, para as comunicações;
- helicópteros em operação como meios orgânicos.

Foram equipamentos de diversas origens, em função das participações dos países aliados. Mas será de toda a justiça realçar o notável trabalho de integração que os estaleiros desenvolveram, havendo que salientar que à data de entrega dos navios todos os sistemas funcionavam de forma compatível e harmoniosa.

De tudo isto resultou:

- um navio com capacidade ofensiva e defensiva credível, com capacidade de sobrevivência assegurada, incluindo no ambiente NBQ, em que passou a ser possível uma mais rápida, correta e eficiente exploração da informação disponibilizada e daí uma melhoria significativa na reacção;
- uma redução de pessoal a bordo, mas com uma necessidade de aumento da sua preparação e qualificação, assim como passou a ser exigido, principalmente aos sargentos, um acrescido nível de responsabilização e de decisão;
- uma alteração profunda no modo de vida a bordo. Uma guarnição constituída quase exclusivamente por militares profissionais (somente 8 praças do Serviço Militar Obrigatório) em que a proporção oficiais, sargentos e praças se alterou (com aumento das duas primeiras classes e diminuição de praças). Regime permanente de funcionamento “a bordadas”, indiferenciação de funções entre cabos e marinheiros, ausência de impedidos nas câmaras de oficiais e sargentos e de faxinas na cozinha, trabalhos de manutenção programados, horário e tipo



de confeção das refeições fora dos padrões tradicionais, procedimentos de limpeza dos interiores em que desapareceu a “baldeação, escova de piaçaba e lambaz”; eis alguns dos exemplos de como foi necessário uma “forte” adaptação a uma nova realidade.

A preparação do pessoal para fazer face a estes novos meios correu em paralelo e de forma muito conseguida e que hoje se pode considerar como exemplar. Foi o caso do enorme salto na formação nas áreas electrónicas de ponta (nomeadamente na Escola Naval e na Escola de Electrotecnicia) e de computação, bem como dos muitos cursos nas áreas de operações navais e dos novos equipamentos, assegurando dessa forma o acompanhamento da evolução tecnológica. A área da organização interna dos navios não foi descurada: embarque de oficiais em navios de outras Marinhas, experiências da organização departamental nos navios nacionais, estudo de funções e qualificações para as guarnições, foram algumas entre muitas das actividades complementares em execução.

Consideramos, no entanto, que o mais importante foi ter sido, pela primeira vez, criado um “Grupo de Trabalho”, constituído pelos Comandantes e Imediatos indigitados, incumbido de estudar, elaborar e propor o dispositivo normativo interno das fragatas. Assim, e com uma antecedência razoável, foi levado a cabo um notável trabalho, incluindo o acompanhamento do final da construção dos navios, que permitiu a sua receção sem improvisos e com um conhecimento muito para além do que era habitual em situações anteriores.

Apesar de toda esta preparação a crédito da Marinha, teremos que dar o devido mérito às primeiras guarnições destes

navios que, como bons marinheiros e com todo o entusiasmo e também conhecimentos técnicos, conseguiram, num curto espaço de tempo, operar e explorar os novos meios de forma a obter altos rendimentos (tendo o NRP *Vasco da Gama* integrado a STANAVFORLANT um ano após a sua receção, foi colocada a dúvida, pelo “staff” da força, da verdade da “juventude” de tal navio!). Felizmente que a experiência operacional deste projeto obrigou a Marinha a repensar toda a sua estrutura de treino e certificação dos navios e de apoio logístico. E é gratificante verificar que de toda a experiência proveniente das fragatas *Vasco da Gama* resultou uma nova atitude na preparação operacional das outras classes de navios da Armada e que há muito já se ia praticando nas Marinhas aliadas.

Vinte e cinco anos se passaram e o programa iniciado com as fragatas *Vasco da Gama* teve o seu seguimento. Foram os submarinos classe *Tridente*, a aquisição de duas fragatas à Marinha Holandesa que constituem a classe *Bartolomeu Dias* e a receção dos dois patrulhas da classe *Viana do Castelo*. Aquisições que, por motivos variados, foram dando alguma e “normal” polémica, mas que tornaram possível que a Marinha de Portugal possa desempenhar de forma mais eficiente as missões que lhe são confiadas.

OS PRIMEIROS COMANDANTES

NRP *Vasco da Gama* - Orlando Temes de Oliveira CMG REF

NRP *Álvares Cabral* - Jaime Montalvão e Silva CALM REF

NRP *Corte Real* - Henrique Alexandre da Fonseca VALM REF

N.R. Os autores não adotam o novo acordo ortográfico.



Foto SAJ FZ Horta Pereira

A CRISE MIGRATÓRIA NA EUROPA

Millhares de migrantes e refugiados de África, do Médio Oriente e do sul da Ásia têm vindo a procurar a Europa, apresentando-se para os líderes e decisores políticos europeus, como o maior desafio desde o início da crise económica do velho continente.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM)¹ já identificou a Europa como sendo o destino mais complexo para a migração irregular, e o Mediterrâneo como a passagem fronteiriça mais perigosa do mundo. Apesar do reconhecido desastre humanitário com crescentes perdas humanas, a resposta coletiva da União Europeia para fazer face ao atual fluxo de migrantes continua a ser um improvisado mal gerido, sem querer parecer demasiadamente cáustico. Os críticos mais acérrimos acusam a Europa de estar mais focada no bloqueio das suas fronteiras do que interessada em proteger os direitos dos migrantes e refugiados. Mas não será esta uma inevitabilidade perante os sinuosos contornos do problema entre mãos?

Em muitos Estados-membros, os partidos com tendências nacionalistas mostram-se preocupados com o possível alastramento do terrorismo islâmico no Continente. Ressalvo contudo e como sabido, que nem todo o terrorismo é islâmico. As forças de extrema-direita não se mostram inibidas de o manifestar e o número de membros destes grupos e apoiantes cresce a olhos vistos. Nas recentes eleições regionais em França, testemunhamos este fenómeno. O certo é que ainda não é claro de que forma a Europa é capaz de implementar reformas estruturais duradouras para o problema do asilo e para a migração que, de resto, vai aumentar perante as evidências. O drama humano existente, que se deseja ultrapassar, também não se pode dissociar das medidas de segurança e bem-estar dos cidadãos que aos Estados competem garantir. A questão tem uma complexidade crescente quase em progressão geométrica.

A agitação política no Médio Oriente, em África e no Sul da Ásia tem vindo a remodelar as tendências migratórias na Europa. O número de deteções de passagens irregulares da fronteira da UE começaram a surgir em 2011, quando milhares de tunisinos começaram a chegar à ilha italiana de Lampedusa, logo após o início da Primavera Árabe. Por outro lado, africanos subsarianos que inicialmente haviam migrado para a Líbia, prosseguiram para a Europa, na era pós-Khadafi. A onda crescente de deteções ao longo das fronteiras marítimas da UE tem, maioritariamente, origem na Síria, no Afeganistão e na Eritreia.

A OIM estima que mais de 460 mil imigrantes atravessaram a fronteira para a Europa por via marítima nos primeiros 9 meses do ano passado. Os sírios, que fogem da guerra civil que assola o seu país, constituem o maior grupo, perfazendo cerca de 39%; os afegãos, que procuram escapar da guerra com os rebeldes Talibãs, representam cerca de 11%; e os eritreus, fugindo de trabalhos for-



DR

çados, rondam os 7%. Os restantes migrantes resultam da deterioração da segurança e da pobreza extrema no Iraque, na Nigéria, no Paquistão, na Somália, no Sudão, entre outros países.

Distinguir um migrante que pede asilo, de um refugiado, nem sempre é um processo fácil de enquadrar no domínio das leis e das convenções internacionais. A justa, adequada e correta caracterização e classificação do seu estatuto é crucial, pois cada situação importa deveres, direitos e níveis de assistência diferentes, a coberto dessas disposições legais.

Um requerente de asilo é definido como sendo uma pessoa que foge da perseguição ou do conflito e, portanto, procura proteção internacional ao abrigo da Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados; um refugiado é um requerente de asilo cujo pedido já foi aceite e aprovado. No entanto, a ONU atribui o estatuto de refugiados aos migrantes que fogem de guerras ou perseguições, mesmo antes de receberem oficialmente o direito de asilo. Um migrante económico, pelo contrário, é uma pessoa cuja principal motivação para deixar o seu país de origem é apenas o benefício monetário. A palavra “migrante” é vista como um termo genérico para todos os 3 grupos. Dito de outra forma, todos os refugiados são migrantes, mas nem todos os migrantes são refugiados.

A Europa está atualmente a assistir a um fenómeno de migração mista e complexa, em que os migrantes económicos e os requerentes de asilo viajam juntos, tornando difícil a classificação do seu estatuto, situação que é agravada pelo facto dos pedidos de asilo a membros da UE, serem aceites sem demora ou mais cuidada avaliação. Dificultando esta problemática, também não há ainda um entendimento claro do estatuto que deve ser dado a um refugiado num país e que depois, por vontade própria, quiçá sem razões de força maior, decide migrar para um país terceiro. Entre refugiados e migrantes também se deslocam aqueles que não têm como primeira prioridade o refú-

gio ou sequer a migração. É pois claro que estas questões carecem de um tratamento cuidadoso, diferenciador e eficaz sob pena de, ao contrário, se criarem condições potencialmente inseguras.

Em 2012, 51% dos migrantes que entraram ilegalmente na UE, fizeram-no através da Grécia. Esta tendência mudou em 2013 depois das autoridades gregas terem reforçado o controlo das suas fronteiras no âmbito da operação Aspida (“Escudo” em português), que incluiu a construção de uma cerca de arame farpado na fronteira greco-turca. Mas, em julho de 2015, a Grécia voltou a ser o ponto de entrada preferencial, com a FRONTEX² relatando mais de 132 mil passagens ilegais, 5 vezes o número detetado no período homólogo do ano transato. Sírios e afegãos constituíram, nos primeiros 7 meses de 2015, a maior parte dos migrantes que viajaram da Turquia para a Grécia, principalmente para as ilhas gregas de Kos, Chios, Lesbos e Samos. Este aumento migratório mais recente coincidiu com a crise económica do país, a qual acabou por derrubar o seu sistema bancário e o próprio Governo.

A travessia do Mediterrâneo central para passar da Líbia para a Itália tem sido a rota mais traficada para os migrantes e, em 2014, a agência FRONTEX já havia relatado um número superior a 170 mil passagens ilegais através das fronteiras italianas. Em outubro de 2014, a operação *Mare Nostrum*, da iniciativa do governo italiano, creditada por ter salvado mais de 100 mil migrantes, foi substituída pela *Triton* da FRONTEX, operação de controlo de fronteiras de menor escala e com um terço do orçamento operacional do *Mare Nostrum*. Em abril de 2015, os líderes da UE triplicaram o orçamento para a patrulha de fronteiras no âmbito da *Triton*, cifrando-se nos 9 milhões de euros por mês, mas recusaram-se a alargar o seu âmbito para incluir as operações de busca e salvamento. Enquanto o número de travessias ilegais para a Itália no primeiro semestre de 2015 se manteve elevado, num total que ultrapassou as 90 mil, o número crescente de mortes e a deterioração da segurança na Líbia, têm obrigado muitos migrantes a procurarem caminhos alternativos para a Europa, através da Grécia e dos Balcãs.

O número crescente de sírios e afegãos que viajam da Turquia e da Grécia pela Macedónia e pela Sérvia com destino à Hungria tornaram este estado membro da UE na mais recente linha da frente da crise migratória na Europa. De janeiro a julho de 2015, a FRONTEX registou mais de 100 mil travessias ilegais para a Hungria e esta situação levou o primeiro-ministro Viktor Orban a ordenar o levantamento de uma cerca de arame farpado na fronteira com a Sérvia. Em abril de 2015, uma pesquisa de opinião pública constatou que 46% dos húngaros inquiridos não admite a entrada de qualquer requerente de asilo e, no passado mês de setembro, migrantes desviados e impedidos de embarcar nos comboios com destinos a oeste, transformaram a estação de Keleti em Budapeste num autêntico campo de refugiados improvisado.

Nesse mesmo mês, os ministros da UE de 23 Estados-membros, incluindo Portugal, concordaram no realojamento de 120 mil migrantes – uma pequena parcela das pessoas que procuram asilo na Europa. A Grécia e a Itália não são obrigados a realojar mais migrantes e a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido estão isentos das políticas de asilo da UE, ao abrigo das disposições estabelecidas no Tratado de Lisboa em 2009. Este plano que foi aprovado, apesar das objeções da República Checa, da Hungria, da Roménia e da Eslováquia, baseia-se num sistema de quotas e no princípio da voluntariedade. Alguns críticos argumentam, contudo, que esta medida anula efetivamente as quotas da livre circulação de pessoas e bens à luz de Schengen para os nacionais da UE que desejam reinstalar-se fora do seu país de origem.

Um plano de 10 pontos sobre a migração adotada pela UE em abril 2015 inclui pedidos aos Estados-membros para um esforço sistemático e coletivo no sentido de capturar e destruir navios utilizados pelos traficantes de seres humanos. No entanto, muitos defendem que esta opção não lida com as causas de raiz destas migrações: a pobreza e os conflitos em grandes áreas do Médio Oriente, de África e do Sul da Ásia, que obrigam muitas pessoas sem recursos a fugirem em busca de segurança, bem-estar e uma vida melhor.

Em maio do ano passado, Federica Mogherini³ solicitou autorização ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o uso da força militar contra os traficantes de seres humanos e os seus navios ao largo da costa da Líbia. O governo de unidade nacional da Líbia, internacionalmente reconhecido, prontamente rejeitou a proposta, e a Rússia, membro permanente do Conselho de Segurança, também sinalizou que iria vetar qualquer proposta que visasse destruir os barcos dos traficantes.

A resposta política dos países, empurrando os migrantes para fora ou imobilizando-os por longos períodos, é contra os próprios valores que a UE promove na proteção da vida humana. Fazer a sua absorção apressada nos tecidos sociais, sem um rastreio mais rigoroso, também não parece ser prudente. Planos de quotas, operações navais e bloqueios fronteiriços podem ajudar os Estados-membros a gerir melhor esta crise, mas estas medidas por si só não vão conter a crise migratória, nem os potenciais fatores de insegurança que isso acarreta.

Pelo contrário, talvez seja antes necessário que os líderes europeus enfrentem de vez as profundas causas da migração, mediando um fim à guerra civil na Síria, restaurando a estabilidade na Líbia e incrementando a ajuda à África subsariana. Poderá ser necessário, ainda, aumentar o investimento para fixar as populações nos seus países de origem e talvez até voltar a implementar um controlo mais apertado das fronteiras no espaço europeu. Um controlo que permita a inclusão segura, diferenciadora, ordeira, integradora e justa, também na justa medida das capacidades de cada estado. Uma inclusão, sujeita a um rigoroso rastreio que permita um convívio pacífico capitalizando as oportunidades e potencial estratégico que possam resultar nos mais diversos domínios científico, cultural e empresarial, público ou privado.

Uma equação difícil de resolver sem dúvida, com muitas incógnitas e repleta de inúmeras dimensões. Independentemente dos obstáculos, o certo é que quem vier por bem, será bem recebido em escrupuloso respeito pelos valores civilizacionais do mundo ocidental que conhecemos, defendemos e que tanto custaram a conquistar. Independentemente das circunstâncias, em casa de outrem, o anfitrião é o senhor do lar onde ninguém deve ditar as regras. Um lar que, por si só, já tem muitos outros problemas e onde a problemática das migrações irregulares é um exercício moral, legal, de bom senso e de sobriedade muito complexo para a Europa.


Amaral Mota
CMG

Nota: Os dados mencionados neste artigo são referidos à pesquisa efetuada em fontes abertas em outubro de 2015.

Notas

- ¹ OIM – Organização intergovernamental dedicada à problemática das migrações.
- ² FRONTEX (*Frontier Exterior*) – Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia.
- ³ Alta Representante da EU para Política Externa e Segurança.

NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA

SNMG1

PARTE 2



Foto CPO J. Parracho

INTRODUÇÃO

Findo o *Summer Dispersal*, a guarnição do NRP D. Francisco de Almeida regressou ao mar com as energias retemperadas.

A primeira parte da missão, conduzida no mar Negro e no mar Mediterrâneo, revelou ter sido uma excelente oportunidade para integrar os novos elementos da guarnição, manter as proficiências, trabalhar em conjunto com o *staff* internacional embarcado, operar nos diferentes domínios das operações navais e exercer a presença naval em regiões marítimas consideradas estratégicas para a NATO.

O segundo período da missão, compreendido entre 26 de agosto e 5 de novembro, foi preenchido em grande parte pela preparação e pela realização de três grandes exercícios navais, nomeadamente o NORTHERN COASTS 2015, o JOINT WARRIOR 2015 e o TRIDENT JUNCTURE 2015, que ocorreram em regiões marítimas distintas que abrangeram o mar Báltico, o mar do Norte, o Atlântico Ocidental e o mar Mediterrâneo.

Este foi um período de grande exigência operacional, não somente pela natureza e características dos exercícios realizados, mas acima de tudo pelas solicitações e tarefas atribuídas ao navio, com uma taxa de navegação de 65%, correspondendo a 1112 horas de navegação e 11.661 milhas percorridas.

Não obstante a intensidade operacional destes dois meses e meios, a guarnição mostrou-se à altura dos desafios ao demonstrar uma capacidade de resposta eficiente e eficaz no cumprimento das variadas tarefas cometidas ao navio, tendo feito assim jus ao lema desta segunda guarnição *Empenhados Determinados e Unidos*.

Neste artigo começamos, assim, por abordar a atividade operacional realizada durante dois meses e meio, sem deixar de referir alguns dos portos visitados.

NORTHERN COASTS 2015

O exercício NORTHERN COASTS 2015 (NOCO15), organizado pela Marinha Alemã, decorreu no mar Báltico, no período de 12 a 24 de setembro, envolvendo meios de nações NATO e não-NATO. Este é um exercício de periodicidade anual, executado num sistema de rotatividade geográfica pelos países banhados pelo mar Báltico¹.

Para este exercício, para além dos navios que já participavam na SNMG1, também foram integrados na força o FS *LaTouche-Treville* e o FS *Commandant Blaison*, constituindo a unidade-tarefa 356.01.01, cujo comando foi exercido pelo comandante do NRP D. Francisco de Almeida.

Esta unidade-tarefa esteve sob as ordens do CTG 356.01 (COMSNMG1), à qual se juntaram mais duas unidades-tarefa constituídas por navios de contra-medidas de minas, perfazendo um total de 18 navios.

A força opositora, comandada pelo Comandante do *Flotilla 2 Maritime Staff*, da Marinha Alemã, era composta igualmente por 18 navios de nacionalidades tão variadas como a alemã, a polaca, a sueca, a dinamarquesa, a letã e a lituana.

Na fase de terra, que decorreu no dia 12 de setembro, ocorreram diversas reuniões setoriais e *briefings* na Base Naval de Frederikshaven, na Dinamarca, permitindo ultimar os preparativos



Foto WO C. Artigues

e clarificar questões relacionadas com a segurança, as comunicações e o seriado.

A fase de mar iniciou-se no dia 14 de setembro com um programa seriado que decorreu até ao dia 20 do mesmo mês. Neste seriado foram incluídas séries das diversas áreas da guerra convencional (anti-superfície, anti-submarina e antiaérea), assim como da guerra assimétrica, permitindo aos navios atingirem os padrões de interoperabilidade e desempenho adequados antes da execução da fase tática do exercício (TACEX).

De salientar a série denominada MULTEX (*multi-threat exercise*), em que o NRP *D. Francisco de Almeida* e mais duas unidades em companhia efetuaram tiro real com a peça de 76mm, a Goalkeeper e armas de pequeno calibre, contra alvos aéreos remotamente controlados (*drones*) e de superfície, que simularam a ameaça de superfície e aérea num cenário tático em força naval.

O TACEX decorreu de 21 a 24 de setembro, período em que o grupo-tarefa teve como missão garantir a liberdade de navegação nas linhas de comunicações marítimas e eliminar o contrabando nos estreitos da *Pescadia*². Assim, através da atribuição de áreas de patrulha, foi desenvolvido um plano de modo a garantir o controlo da navegação e o combate contra possíveis atos ilícitos.

O final do exercício deu-se no dia 24 de setembro, altura em que a SNMG1 se despediu das duas unidades francesas, o FS *La Touche-Treville* e o FS *Commandant Blaison*, e demandou o porto de Kiel (Alemanha) para três dias de merecido descanso.

JOINT WARRIOR 2015

O JW152, organizado pela Royal Navy através do *Joint Tactical Exercise Planning Staff* (JTEPS), decorreu no período de 3 a 15 de



Foto CPO J. Parracho

outubro nas águas do Reino Unido e contou com a participação de mais de 30 navios, que integraram a força tarefa designada por *Combined Joint Task Force 315* (CJTF 315).

O *briefing and orders day* realizou-se no dia 3 de outubro, na HMNB³ Clyde, em Faslane, Escócia. Nesse dia, foram realizados vários *briefings*, em áreas como as comunicações, a segurança aeronáutica e as tradicionais áreas da guerra convencional, assimétrica e ainda a defesa contra mísseis balísticos.

O comandante da fragata *D. Francisco de Almeida* foi designado ASUWC e comandante da TU 315.02.02, composta pelos NRP *D. Francisco De Almeida*, FS *La Motte Picquet*, ESPS *Blas de Lezo* e HMCS *Winnipeg*.

Por forma a clarificar as linhas de ação relativas ao ambiente de superfície, o navio foi responsável por apresentar um *briefing*, a todos os participantes envolvidos no exercício, abordando os aspetos relacionados com a segurança, os procedimentos e a doutrina a ser exercitada. A coordenação nesta área em concreto permitiu testar as capacidades de comando e controlo do navio, exigindo simultaneamente o acompanhamento de um cenário complexo que permitiu um envolvimento no nível operacional e tático.

O exercício teve como base um cenário fictício que decorreu no arquipélago *Wallian*, onde co-existiam quatro nações independentes que outrora formaram um Estado. O cenário assentava em disputas territoriais na *Northern Disputed Zone* (NDZ), promovidas por movimentos separatistas apoiados por organizações terroristas. Foi neste contexto que a organização terrorista *Free Dragonian Brotherhood* (FDB) iniciou uma série de ataques a infraestruturas críticas da *Pastonia*, para desestabilizar este país vizinho.

Neste seguimento, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) redigiu uma resolução condenando a violência contra civis e todos os atos de insurgência e terrorismo, exortando por um lado ao esforço na repressão contra o tráfico de armas e de material militar, e por outro às inspeções a todos os navios e aeronaves com origem ou destino a *Pastonia*.

Assim, a CJTF 315 foi incumbida de projetar forças para a área de operações, realizando a OPERATION PERQUISITE que visava garantir o cumprimento da resolução do CSNU, ou seja, proteger as infraestruturas críticas da *Pastonia* e garantir a capacidade antimíssil contra os mísseis balísticos da *Dragonian*, contribuindo assim para a estabilidade da segurança regional.

O exercício foi dividido em três fases: CET-FIT (*Combat Enhancement Training/Force Integration Training*), *Mission Rehearsal* e TACEX (*Tactical Exercise*).



Foto CPO J. Parracho

No CET-FIT, procurou-se garantir a interoperabilidade das unidades e dos grupos-tarefa, preparando-os para a fase seguinte, o TACEX. Esta fase decorreu nos primeiros quatro dias de mar e compreendeu séries variadas, como exercícios de comunicações, guerra eletrónica, operações de voo, tiro antiaéreo contra manga rebocada, operações antisuperfície, operações antisubmarinas, defesa aérea, abordagem e vistoria e reabastecimento no mar.

Após este período, iniciou-se uma fase de ensaio para a missão (*mission rehearsal*), com séries de longa duração, com o objetivo de mimetizar as condições e operações que poderiam ser encontradas durante o TACEX, que teve início no dia 10 de outubro, com a realização da OPERATION PERQUISITE.

Foi com um sentimento de missão cumprida que, após duas semanas de exercício, os navios da SNMG1 iniciaram o seu trânsito em direção ao porto de Belfast (Irlanda do Norte), tendo atracado no dia 15 de outubro.

TRIDENT JUNCTURE 2015

O TRIDENT JUNCTURE 2015 (TRJE15), que decorreu de 22 de outubro a 5 de novembro, teve como objetivo o treino tático das diversas unidades participantes e a certificação dos Comandos de Componente da NRF16.

O TRJE15, considerado como o maior exercício da NATO nos últimos anos, desenrolou-se simultaneamente em Portugal, Espanha e Itália e contou com a participação de cerca de 36 mil militares nas várias componentes (naval, terrestre, aérea e operações especiais), aproximadamente 60 navios de superfície, 7

submarinos e mais de 100 meios aéreos, orgânicos e não orgânicos, que integraram as cinco forças tarefas indicadas.

A fragata *D. Francisco de Almeida* integrou o grupo-tarefa 445.06, sob o comando do COMSNMG1, o qual por sua vez esteve subordinado ao CTF 445, COMUKMARFOR⁴. A SNMG1 chegou à área de exercício no dia 22 de novembro, após efetuar o trânsito desde Belfast, tendo de imediato integrado o programa de seriado e dado apoio à unidade-tarefa 445.03, comandada pelo COMNLMARFOR e composta pelo HNLMS *Johan de Witt*, navio com capacidade de transporte e desembarque de um batalhão de fuzileiros, o HNLMS *Tromp*, fragata da classe *De Zeven Provinciën*, e o HNLMS *Snellius*, navio hidrográfico com capacidade de efetuar *Rapid Environmental Assessment*.

Os primeiros dias de operação decorreram no Golfo de Cádiz com séries de crescente complexidade. De realçar que o grupo-tarefa 445.11, onde esteve integrado o NRP *Vasco da Gama*, também esteve na companhia da *D. Francisco de Almeida* em apoio ao grupo-tarefa 445.03.

A fase CET-FIT decorreu até ao dia 28 de outubro, altura em que as forças se dirigiram para o mar Mediterrâneo com o objetivo de realizar uma *commanders conference* a bordo do HMS *Ocean*, navio-almirante onde se encontrava o MCC embarcado. Esta conferência serviu para ultimar os detalhes relativos a um desembarque de grandes dimensões na Sierra del Retín, a ocorrer durante a fase do TACEX.

Após esta *commanders conference*, foi realizado um PHOTEX com cerca de 20 navios, que contribuiu para outro dos objetivos do exercício, nomeadamente a comunicação estratégica.

Para o início do TACEX e do desembarque anfíbio, a fragata *D. Francisco de Almeida* regressou ao Golfo de Cádiz, local aonde se encontravam as duas forças navais permanentes de navios de contramedidas de minas da NATO, a SNMCMG1 e a SNMCMG2, para realizarem operações de limpeza de minas.

Uma vez que as ameaças aérea e de superfície eram constantes, a *D. Francisco de Almeida* foi nomeada MMPU⁵, resultando desta tarefa uma experiência extremamente positiva na operação com este tipo de meios navais. Durante todo o período do TACEX houve variadíssimas interações com a ameaça aérea simulada por F/A-18, F-16, AV-8 Harrier e meios de superfície, designadamente pelas unidades que constituíram as forças opositoras sob o comando da *Spanish Maritime Force* (SPMARFOR).

O cenário em que se desenrolou o exercício era complexo, no entanto, pode ser resumido a um conflito entre três países fic-



Foto CPO J. Parracho



Foto CPO J. Parracho

tícios: *Kamon*, o agressor, *Lakuta*, o país invadido e *Tytan*, sob ameaça de *Kamon*. Num passado recente, *Kamon* teria invadido *Lakuta* e ocupado uma faixa de território de *Tytan*, entrando entre 10 a 60 km no seu território. Com base nesta situação, foi determinada a projeção de uma força conjunta multi-nacional para a área de operações com o objetivo de libertar *Tytan* da ocupação e garantir a estabilidade regional.

Num cenário geograficamente disperso entre Portugal, Espanha e Itália, o grupo-tarefa 445.06 tinha como missão apoiar um desembarque anfíbio no decorrer da noite de 2 de novembro. Este assalto anfíbio tinha como objetivo garantir a ocupação e o controlo das estações radar costeiras de *Kamon* na Sierra del Retín, garantir o controlo dos SPOD⁶ de Rota, Cádiz e Almería, expulsar as forças de *Kamon* do território de *Tytan* e neutralizar as milícias locais.

Perante um desembarque desta envergadura, tornou-se necessário garantir durante vários dias as condições necessárias para a proteção de força no local de desembarque, nomeadamente através de operações anti-submarinas, anti-superfície e antiaéreas, enquanto se assegurava simultaneamente a proteção do HNLMS *Johan de Witt*.

Com um total de seis submarinos reais na área de operações, onze unidades de superfície como força opositora, entre os quais o porta-aviões ESPS *Juan Carlos I*, e múltiplos aviões de combate com saídas regulares, a tarefa apresentada foi desafiante. Ademais, a presença de ameaça assimétrica de superfície e aérea era uma constante, o que obrigou a uma atenção redobrada sempre que a força operou junto a terra.

Num prisma diferente, mas integrado no exercício, de realçar a oportunidade de realização de duas ações de abordagem a navios mercantes, permitindo assim treinar os procedimentos de abordagem e de vistoria de forma realista, oportunidade que se veio revelar muito valiosa para a manutenção das proficiências das equipas de bordo. Estes navios, que voluntariamente aceitaram as equipas de abordagem, constituíram-se assim como parceiros no treino das forças da NATO na área de operações.

Após o desembarque das forças na Sierra del Retín, os navios da SNMG1 abandonaram a área de operações com o objetivo de demandar a área de Troia para a realização do NAC *Sea Day*. Este evento de grande visibilidade internacional contou com a presen-

ça do Secretário-Geral da NATO, Dr. Jens Stoltenberg, assim como de outras altas entidades militares e civis da NATO e nacionais.

A participação da fragata *D. Francisco de Almeida* e dos restantes navios da SNMG1 consistiu numa demonstração de poder naval para os VIP embarcados no HMS *Ocean*, fundeado a oeste da península de Troia. Esta demonstração consistiu numa passagem em formatura a escassos metros do HMS *Ocean*, com a realização de tiro com a peça de artilharia principal, operações com helicópteros e demonstração de capacidades do NRP *Tridente*.

Após o final da demonstração naval, iniciou-se o trânsito para a tão aguardada paragem no porto de Lisboa, para um retemperador fim de semana junto das famílias, motivo de satisfação e motivação para a última parte da missão.

AS VISITAS DE PORTO

As visitas de portos durante estes dois meses e meio, apesar de curtas, revelaram-se grande importância na medida em que permitiram assegurar os aspetos ligados à manutenção, à logística, à presença naval, às rotinas de bordo e, não menos importante, ao merecido descanso e bem-estar da guarnição.

Esta etapa teve início a 26 de agosto, por ocasião da largada do navio da Base Naval de Lisboa em direção ao porto de Leixões. À espera do navio, encontrava-se a fragata canadiana HMCS *Winnipeg* pronta para integrar a SNMG1.

A visita de cortesia ao porto de Leixões foi muito bem acolhida pelas autoridades e pela comunidade local em geral, como revelaram as 4549 pessoas que visitaram os navios, durante o fimde-semana de 28 a 29 de agosto. Durante esse período, realça-se de igual modo o excelente apoio prestado pelo Comando da Zona Marítima do Norte.

Após um fimde-semana passado na fantástica cidade do Porto, ambos os navios largaram a 31 de agosto, tendo de imediato iniciado o período de treino operacional e a integração da fragata canadiana.

Antes da chegada a Skagen, na Dinamarca, aonde decorreu a primeira fase do NOCO 2015, o navio ainda teve oportunidade de demandar, para efeitos de manutenção/logística, o porto de Lisboa, o de El Ferrol, em Espanha, e o de Den Helder, na Holanda.



Foto CPO J. Parracho

Durante a estadia por meiadúzia de horas no porto espanhol, houve oportunidade para o navio reabastecer e integrarmos um navio na força naval, designadamente a fragata norueguesa, de defesa de área, HNOMS *Fridtjof Nansen*.

Por seu turno, a visita a Den Helder, decidida por necessidade de apoio e manutenção no estaleiro local, com a chegada do navio numa manhã fria e com alguma chuva, antecipando o outono para a guarnição, permitiu a manutenção de um conjunto de sistemas de bordo, designadamente do radar LW08 e da peça de 76mm.

A presença em Den Helder permitiu que a guarnição visitasse Amsterdão. Nesta capital ribeirinha europeia, uma das mais antigas da Europa, fica o registo de uma cidade repleta de turistas e de bicicletas, com grande diversidade de comércio, muito organizada e limpa, e com uma rede de transportes extremamente acessível e eficiente.

Após um fimde semana em Skagen, onde ficaram registados, por ventura, os dias mais ventosos da missão, e uma inesquecível largada com duas ligações de reboque partidas, seguiu-se o porto na Base Naval de Kiel, na Alemanha.

Durante esta paragem aproveitou-se para realizar um abastecimento significativo de géneros alimentares, um reabastecimento de combustível e algumas manutenções e pinturas. Durante esta estadia, a guarnição também teve a oportunidade de exercer o voto antecipado no estrangeiro para a eleição da Assembleia da República.

Este foi um processo exemplarmente conduzido pela Cônsul Dra. Luisa Lowe, do Consulado de Hamburgo, e pelos respetivos funcionários, designadamente, as senhoras dr.^{as} Maria José Amado Cock e Isabel Alves, e o senhor dr. José Barreto.

Em termos sociais, o navio realizou uma recepção a bordo, tendo convidado os militares dos navios da força, da Marinha Alemã e as entidades locais.

Durante esta estadia os militares portugueses aproveitaram para conhecer a cidade de Kiel e o memorial naval, construído pela Alemanha no fiorde de Kiel para homenagear os marinheiros alemães mortos durante a Primeira Guerra Mundial. O qual após a Segunda Guerra Mundial foi dedicado à paz mundial.

Atualmente, este memorial, para além de representar com muita realidade histórica os dois conflitos mundiais, também aclara a evolução tecnológica e operacional das marinhas desde o início do século XX até à atualidade.

No mês de outubro, concretizaram-se duas visitas de portos, nomeadamente em Leith (Escócia) e Belfast (Irlanda do Norte). Em Leith, à espera dos navios da força, encontrava-se a fragata ESPS *Blas de Lezo* pronta para integrar a SNMG1.

O porto de Leith, pela sua proximidade a Edimburgo, permitiu que a guarnição descobrisse a fantástica história e a diversidade cultural desta cidade, da Escócia e do seu povo. O castelo de Edimburgo, o Museu Nacional da Escócia ou a Galeria Nacional Escocesa são apenas alguns dos símbolos da cidade.

Durante a estadia em Belfast, os militares optaram por visitar os principais pontos turísticos da cidade e alguns pontos de interesse da Irlanda do Norte, tais como Giant's Causeway ou Carrick-a-Rede Rope Bridge, através dos tradicionais tours de autocarro.

Terminada a visita a Belfast o navio largou para uma navegação de 18 dias de modo a cumprir com o exercício TRIDENT JUNCTURE 2015. O próximo porto de abrigo seria uma casa conhecida, Lisboa!

CONCLUSÕES

No final de cerca de dois meses e meio de elevada atividade operacional, em que a guarnição e o navio foram testados de uma forma intensa, o balanço é francamente positivo. A *D. Francisco de Almeida* terminou um ciclo de três exercícios navais de grande dimensão, desempenhando funções e tarefas de elevada complexidade e importância no seio dos mesmos.

Era agora tempo de descansar e aproveitar os poucos dias de regresso a casa, para encarar a derradeira etapa da missão com entusiasmo e motivação. Etapa esta que nos levará de novo até às águas do mar Mediterrâneo, desta feita para participar na Operação ACTIVE ENDEAVOUR, entre outras tarefas, que serão objeto de descrição no próximo e último relato.

Colaboração do **COMANDO DO NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA**

Notas

- ¹ Em 2015, o país anfitrião do exercício foi a Dinamarca.
- ² Nome fictício utilizado no exercício para a área do Skagerrak.
- ³ *Her Majesty Naval Base*.
- ⁴ O COMUKMARFOR atuou como Comandante da Componente Marítima e, simultaneamente, responsável pela certificação da NRF16.
- ⁵ *Mine Countermeasures Vessel Protecting Unit*.
- ⁶ *Seaport of disembarkation*.



ESCOLA NAVAL

ABERTURA DO ANO LETIVO

No dia 13 de novembro decorreu na Escola Naval (EN) a Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo 2015/2016, presidida pelo AML CEMA/AMN e com a presença de ilustres convidados militares e civis que em muito dignificaram a solenidade.

Tal como em anos anteriores, a cerimónia começou por a alocação do Comandante da EN, CALM Bastos Ribeiro, que sublinhou alguns aspetos relativos ao ano letivo findo, referindo que a *Escola Naval entregou à Marinha 35 guardas-marinhas do Curso VALM Mendes Cabeçadas Júnior e 2 segundo-tenentes Médicos Navais do Curso CALM Leotte do Rego e 5 oficiais do Serviço Técnico. Salientou as viagens de instrução efectuadas, atenta a sua importância para a formação dos cadetes, possibilitando que os conhecimentos e competências adquiridos nas aulas sejam colocados em prática, acrescentando ao «saber» e «saber estar» o «saber fazer». Aproveitando a ocasião para dirigir uma palavra de reconhecimento para os comandantes e oficiais dos navios da esquadra, pela forma e empenho como enquadraram a formação e o treino dos nossos cadetes a bordo. Sublinhou ainda o esforço permanente da EN na melhoria dos serviços académicos e dos processos de ensino e da constante procura da qualificação do seu corpo docente, para que a EN esteja adaptada a uma realidade universitária cada vez mais exigente, bem como o desenvolvimento e aprofundamento das relações de cooperação com entidades externas, para a realização de investigação, apoio e participação em instituições científicas, uma preocupação constante da EN, sendo que, neste campo, mantemos uma sólida colaboração com diversas instituições universitárias e empresas tecnológicas e consolidámos novas parcerias durante o último ano letivo, designadamente com a Universidade de Lisboa no âmbito da cooperação científica e pedagógica e realização de programas de Estudos Pós-Graduados nas áreas ligadas ao Mar. Terminou afirmando que estes jovens oficiais que entregamos à Marinha, e que hoje receberão os diplomas, estão preparados para a servir de forma competente e com orgulho e*



Fotos ISAR A Ferreira Dias

espírito de sacrifício, na defesa dos interesses nacionais no mar, contribuindo para a construção de um Portugal melhor.

De seguida, o CMG Alves Salgado deu a Lição Inaugural, subordinada ao tema *A Conquista de Ceuta: Comemorações, a História e o Historiador*. O tema foi abordado não só como “feito de armas” mas também numa perspetiva das “Comemorações e do Historiador”.

Seguiu-se a entrega dos Diplomas de Mestrado aos Guardas-Marinhas do Curso VALM Mendes Cabeçadas Júnior e dos prémios escolares, distinguindo os alunos que mais se destacaram.

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS

Prémio CMG Fontoura da Costa
Prémio Comissão de Defesa Nacional
Prémio Engenheiro Vila Real
Prémio Fundação Sousa da Fonseca
Prémio ALM Armando Roboredo
Prémio Comandante Álvaro Nunes Ribeiro
Prémio Comandante Murinello
Prémio Dr. Bernardino António Gomes
Prémio João Fiel Stockler
Prémio Marinha do Brasil
Prémio Bartolomeu Dias
Prémio Almirante Fluckey
Prémio Marinha Italiana
Prémio Corte Real

ALUNO

GMAR M Quendera Maurício
GMAR EN-MEC Mártires Paulino
GMAR EN-MEC Mártires Paulino
GMAR EN-MEC Mártires Paulino
GMAR FZ Esteves Pacheco
GMAR EN-AEL Ventura Viegas
GMAR M Rodrigues de Carvalho
GMAR MN Santos Cardoso
CAD EN-MEC Moreira Fernandes
GMAR EN-MEC Mártires Paulino
GMAR M Pádua Santos
GMAR M Pádua Santos
GMAR EN-MEC Rodrigues de Morais
GMAR M Canas Costa

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS

Prémio U.S. Naval Institute

Prémio Marinha Francesa
Prémio Reserva Naval
Prémio Armada Espanhola
Prémio British Council

Prémio AFCEA Portugal
Prémio ISCIA — Mestrado Integrado

Prémio Ministro da Defesa Nacional

ALUNO

GMAR EN-MEC Mártires Paulino,
GMAR EN-AEL Ventura Viegas
GMAR M Costa Dias
GMAR M Costa Dias
GMAR M Rodrigues de Carvalho
ASPOF Murta Cunha,
ASPOF Martins Metelo
GMAR EN-AEL Ventura Viegas
GMAR EN-MEC Cardoso da Silva,
GMAR FZ Sousa Teles, GMAR EN-AEL
Silva Marques, GMAR M Carimo Sulemane,
GMAR M Rodrigues de Carvalho,
GMAR EN-MEC Narciso Gaiyota
ASPOF AN Emerson Conceição Monteiro

PATRONO DO NOVO CURSO DA ESCOLA NAVAL

JOÃO BAPTISTA LAVANHA

João Baptista Lavanha (Lisboa c. 1550 – Madrid 31 de março de 1624). Era filho de um escudeiro da Casa Real, que serviu na Corte de D. Sebastião, e o terá mandado estudar para Roma. Quando se deu a União Ibérica serviu a nova dinastia, estabelecendo uma importante ligação entre ambas as Coroas, sendo recompensado com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo. A 1 de janeiro de 1583 inicia a sua docência na recém criada Academia de Matemáticas de Madrid onde, num modelo de ensino pluridisciplinar (Matemáticas, Geometria, Cosmografia e Navegação), se pretendia conciliar um saber predominantemente empírico com a crescente necessidade de lhe fazer corresponder o devido conteúdo académico, de modo a implementar práticas regradas, menos perigosas e mais rendíveis. Entre os seus alunos encontravam-se algumas notáveis figuras de intelectuais do *Siglo de Oro* espanhol, como Miguel de Cervantes e Lope de Vega. Em 1586 é nomeado engenheiro-mor do reino de Portugal e, é nessa qualidade que, alguns anos mais tarde, elabora um plano

de abastecimento de águas à cidade de Lisboa. Em 1591 substitui Tomé Orta (já bastante doente) no cargo de Cosmógrafo-Mor do Reino de Portugal, embora a sua nomeação oficial para o cargo só tivesse ocorrido em 1596. É a terceira pessoa a exercer o cargo, fazendo-o com grande brilhantismo até ao fim da sua vida, em 1624. Os traços característicos da sua vida profissional foram o pluralismo e a diversidade, tendo sido encarregue de efetuar estudos hidrográficos e hidráulicos em Portugal e Espanha. Realizou, ainda, estudos históricos, genealógicos e cartográficos. Foi nomeado cronista-mor de Portugal a 9 de março de 1618. Deixou escritas múltiplas obras de índole diversa, das quais se destacam: o *Regimento Náutico de 1595*, a *Tábua da Largura Ortiva do Sol*, um *Tratado da Arte de Navegar*, o *Tratado da Gnomónica e Tratado do Astrolábio* e o *Livro Primeiro de Architectura Naval*. Apesar de ter servido num período menos grato para o “sentir português”, João Baptista Lavanha é o exemplo de um homem colocado entre dois mundos, mas que esteve sempre vivamente



envolvido nas questões centrais da sua época, principalmente nas respeitantes ao mar, como o problema do cálculo da longitude.

Colaboração da **ESCOLA NAVAL**

PRÉMIO INTERNACIONAL

BALANCED SCORECARD HALL OF FAME FOR EXECUTING STRATEGY

A Marinha Portuguesa foi agraciada no dia 3 de novembro, em Boston, nos EUA, com o prémio internacional *Balanced Scorecard Hall of Fame for Executing Strategy*.

Este prémio foi criado no ano de 2000 pelo Palladium Group com o objetivo de reconhecer publicamente as organizações que a nível mundial usam a metodologia “Balanced Scorecard” para executar com sucesso as suas estratégias e alcançar resultados de desempenho excecionais. O prémio, um cristal talhado na forma de uma estrela de 5 lados, representa os cinco princípios de uma Organização Orientada para a Estratégia.

O galardão, atribuído pela primeira vez a uma entidade nacional, foi entregue pelos criadores da metodologia *Balanced*

Scorecard - Professor Robert Kaplan (Universidade de Harvard) e Dr. David Norton, representando o reconhecimento internacional do esforço que a Marinha tem vindo a fazer, ao longo dos últimos anos, na edificação e consolidação de uma capacidade efetiva de gestão estratégica. Este processo revela-se indispensável para garantir uma transformação contínua, que permita uma adaptação bem fundamentada à envolvente externa e uma melhoria de desempenho, de modo a assegurar a relevância da instituição perante a sociedade.

A Marinha integra assim o restrito grupo de cerca de 200 organizações dos setores privado, público e ONG que, a nível mundial, foram reconhecidas pela excelência da sua execução estratégica.



Foto SAU FZ Horta Pereira

O momento da entrega do prestigioso prémio ao Almirante CEMA/AMN, pelo CALM STI, foi registado no passado dia 10 de novembro.

Colaboração da **STI**

"IN MEMORIAM" DO CAPELÃO AMORIM

Deixar aqui algumas palavras sobre o capelão Amorim é para mim uma grande honra e um enorme privilégio.

No meio de tantas palavras que já lhe foram dedicadas, estas que agora reproduzo, não acrescentarão nada, mas mesmo assim elas querem consubstanciar o meu preito e homenagem a uma pessoa que me marcou de forma indelével e do mesmo modo a muitas gerações de marinheiros.

Na penúltima vez que o fui visitar (Na última já não foi possível conversar) disse-me: "ainda tenho muito que fazer".

Esta sua confiança, define-o.

É o que mais me fica do capelão Amorim: a sua capacidade de trabalho e as

convicções com que o fazia. Entusiasma-me "vê-lo fazer".

Recordo ainda a sua inquietação e preocupação pelos outros e pelo mundo e a sua figura de homem reflexivo, prudente e quase sempre de consensos alargados.

Mesmo sabendo que a imortalidade física do homem seria uma catástrofe cósmica, penso que precisávamos dele mais algum tempo fisicamente entre nós.

Honrá-lo-emos se copiarmos as suas virtudes.

Que Deus o guarde na sua paz.


Fernandes da Costa
CMG
CAPELÃO



TOMADA DE POSSE

DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO HIDROGRÁFICO



Foto: ISAR A. Ferreira Dias

Realizou-se no passado dia 19 de novembro, a cerimónia de tomada de posse do Diretor-geral do Instituto Hidrográfico (IH), CALM Coelho Cândido, em substituição do CALM Seabra de Melo.

A cerimónia, presidida pelo CEMA/AMN, ALM Macieira Fragoso, teve início com a imposição da Medalha Militar da Cruz Naval - 1ª classe ao Diretor-geral cessante.

Este evento contou com a presença de vários representantes de departamentos governamentais, dirigentes de organismos públicos, estabelecimentos de ensino superior, centros de investigação, parceiros cooperativos, bem como oficiais gerais, ilustres convidados, militares, militarizados e civis do IH.

Na sua alocução, como novo Diretor-geral do IH, referiu que o IH, como órgão da

Marinha ao serviço da defesa nacional tem um papel muito relevante no apoio às operações navais e, de uma forma geral, às operações marítimas. Nos últimos anos, a excelência da sua capacidade científica, possibilitou o desenvolvimento de produtos inovadores de apoio à esquadra e à AMN, essenciais para uma inter-

venção mais eficaz e segura em ambiente marítimo. O IH associa a esta natureza o facto de ser um Laboratório do Estado inserido no Sistema Científico e Tecnológico do País, no domínio das Ciências do Mar, focando-se no apoio às políticas públicas marítimas, oceânicas, costeiras, litorais e águas interiores navegáveis.

O ALM CEMA/AMN encerrou a cerimónia, tendo proferido algumas palavras dirigidas ao Diretor-geral empossado: ... Portugal e a sua Marinha têm um grande orgulho na excelência do IH, que o mesmo é dizer na excelência dos que nele servem. Ao designá-lo para dirigir o Instituto Hidrográfico, fi-lo na certeza das provas dadas, da ambição e da capacidade que lhe reconheço, para encontrar as soluções mais ajustadas aos desafios que a partir de hoje

se lhe vão deparar, dando continuidade aos audaciosos programas que aqui vêm sendo desenvolvidos, com o intuito de dar à atividade de investigação científica no mar, um espaço de referência na economia do futuro.

 Colaboração do IH

O CALM António Manuel de Carvalho Coelho Cândido ingressou na EN em 1978 sendo promovido a G/M em outubro de 1984.

Especializou-se em Eletrotécnica e possui, entre outros, o CGNG, o CCNG e o Curso de Promoção a Oficial General.

Esteve embarcado em várias UN's, tendo comandado o NRP *João Roby*. Foi Oficial Imediato do NRP *Quanza*, Chefe do Serviço de Armas e Eletrónica no NRP *Roberto Ivens*, Chefe do Serviço de Manutenção de Armas no NRP *Álvares Cabral* e chefe do Departamento de Armas e Eletrónica no NRP *Vasco da Gama*.

Desempenhou funções de Adjunto do chefe do Gabinete de Mísseis no G2EA - Escola de Artilharia Naval, Chefe da secção de Armas e Eletrónica da Esquadilha de Escoltas Oceânicas, Chefe da Secção de sistemas ESM e ECM, Chefe da Divisão de Sistema de Comunicações Comando e Controlo na DN, Chefe do Serviço de Segurança Marítima e Adjunto do Capitão do Porto de Lisboa, Comandante da ZMM e em acumulação Chefe do DMM e Capitão do Porto do Funchal, Adjunto Técnico ao VALM SSM e Chefe do DMC, Comandante da ZMA e, em acumulação, de Chefe do DMA.

ENTREGAS DE COMANDO

ZONA MARÍTIMA DOS AÇORES

No dia 13 de novembro, em cerimónia presidida pelo VALM COMNAV e com a presença do CALM Sub-DGAM e 2º CGPM, realizaram-se nas instalações do DEPPOL-NATO em Ponta Delgada, as cerimónias de entrega do comando da ZMA e tomada de posse dos cargos de chefe do DMA e comandante Regional da Polícia Marítima, onde marcaram presença diversas entidades civis e militares da Região Autónoma dos Açores (RAA), o CALM Coelho Cândido entregou ao CMG Ferreira Seuanes o comando, ordens e instruções dos cargos

acima referidos.

O comandante cessante usou da palavra, sintetizando o conjunto de iniciativas e projetos que traduziram os resultados operacionais obtidos durante o período em que comandou a estrutura da Marinha e da AMN nos Açores.

As palavras proferidas pelo novo comandante foram no sentido de continuar a desenvolver esforços de modo a garantir que a missão e atribuições dos órgãos que tutela são cumpridas com eficácia e eficiência, dando especial ênfase às responsa-

bilidades no âmbito da busca e salvamento marítimo e da fiscalização do vasto espaço marítimo da RAA, sob a responsabilidade da Marinha e da AMN.



O CMG Ferreira Seuanes nasceu em Moçambique e concluiu a licenciatura em Ciências Militares Navais, na EN em 1985. É especializado em Artilharia e está habilitado com o Curso de Piloto de Helicópteros.

Embarcou nos NRP's *Pereira D'Eça* e *Afonso Cerqueira* e foi instrutor na Esc. de Art. Naval.

De 1994 a 1998, embarcou nas fragatas da classe "Vasco da Gama" como Comandante de Destacamento e Staff Aviation Officer para a COMSTANAVFORLANT e posteriormente para o Comandante de TG durante a operação de evacuação na Guiné.

Em 1998 iniciou funções de 2º Comandante da Esquadilha de Helicópteros. De 2000 a 2002 comandou o NRP *João Coutinho*. Em 2004 exerceu funções de adjunto de Marinha no GAB CEMGFA. Em 2006 iniciou funções no MCC Northwood.

Em 2009 assumiu o comando da UAICM e em 2013 concluiu o CPOG e foi colocado no IESM como Coordenador das Áreas Específica de Marinha e das Operações.

ESCOLA DE FUZILEIROS

No dia 23 de outubro, decorreu a cerimónia de entrega de comando da Escola de Fuzileiros (EF), presidida pelo Comandante Naval, VALM Pereira da Cunha, na qual o CMG FZ Pacheco dos Santos rendeu o CMG FZ Teixeira Moreira.

Presentes, entre outros, o presidente da Câmara Municipal do Barreiro, antigos Comandantes do Corpo e da Escola de Fuzileiros, oficiais, sargentos, praças e civis.

O CMG Teixeira Moreira agradeceu o apoio institucional e pessoal que a EF recebeu do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Carlos Humberto de Carvalho, e do seu executivo, assim como dos Diretores dos organismos da Marinha. Acrescentou ainda que, como Comandante da Casa Mãe de todos os Fuzileiros, teve o seu trabalho extraordinariamente facilitado pelo sentido de missão, orgulho e dedicação de todos os que ali prestaram serviço.

O novo comandante começou por referir o papel dos Fuzileiros, sublinhando a importância da formação e reforçou a importân-



cia da reestruturação em curso no Corpo de Fuzileiros. Como objetivos de comando pretende prosseguir e reforçar os objetivos traçados, e tudo fará para que sejam bem sucedidos. Por fim, exortou a guarnição da EF a que façam sempre o seu melhor, defendendo "... uma postura elitista e ambiciosa, sem falsas modéstias, mas jamais arrogante ou presunçosa."

O Comandante Naval felicitou o CMG Teixeira Moreira pelo sucesso do comando e manifestou a sua confiança ao novo Comandante, tendo ainda sublinhado a importância do papel da EF para o Corpo de Fuzileiros e para a Marinha.

O CMG FZ Joaquim José Assis Pacheco dos Santos é natural de Coimbrão, Leiria, e ingressou na EN em 1985.

Desempenhou funções de Comandante de Pelotão e de Imediato da CF22. Foi Comandante da Companhia de Instrução e cumulativamente Diretor dos Cursos de Formação Básica de Praças e de Grumetes Fuzileiros0 na EF.

Foi Chefe do Departamento e Formação em Comportamento Organizacional entre 1995 e 1997 e entre 2002 e 2005. De 1997 a 1998, desempenhou as funções de Chefe da Assessoria Técnico-Militar, na República de Cabo Verde, onde foi responsável pela criação da 1ª Unidade Especial de Fuzileiros. De 1999 até 2002, foi Comandante da Unidade de Meios de Desembarque. Foi professor de Gestão e Comportamento Organizacional na ESTNA, entre 1998 e 1999, e no ISNG, entre 2003 e 2006. Chefiou o Gabinete de Psicologia da EN entre 2005 e 2010 e, entre 2010 e 2013 foi Comandante do Corpo de Alunos da EN. Entre 2013 e 2015 desempenhou as funções de 2º Comandante da EF. Possui diversos cursos de especialização, o CGNG, é Mestre em Comportamento Organizacional pelo ISPA e concluiu o doutoramento em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento organizacional pelo ISCTE, em 2015. Tem vários artigos científicos publicados na área da liderança em revistas nacionais e internacionais.



ACADEMIA DE MARINHA

XIV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA "CEUTA E A EXPANSÃO PORTUGUESA"

Subordinado ao tema "Ceuta e a Expansão Portuguesa", decorreu na Academia de Marinha, de 10 a 12 de Novembro, o XIV Simpósio de História Marítima.

Na sessão de abertura, presidida pelo ALM CEMA/AMN, o Presidente da A.M. começou por agradecer e saudar a presença do ALM Macieira Fragoso, bem como a disponibilidade dos oradores e restantes participantes, e ainda o patrocínio e apoio do Montepio e da Lusitania Vida.

O ALM Vieira Matias prosseguiu frisando que o Simpósio pretendia lembrar a importância do marco que foi o início da expansão portuguesa, "o evento de lançamento da nossa epopeia marítima, ocorrido há exactamente seiscentos anos e que se traduziu pela expedição, com a conquista e a ocupação de Ceuta". Referiu que "se tratou, verdadeiramente, do começo da nossa expansão, a qual viria a alcançar, viria a ser, o maior império mundial até ao seu tempo, implantado nos vários continentes habitados, ligados pelas rotas marítimas que estruturámos através de três oceanos e cuja segurança garantimos pelo adequado senhorio do mar". A terminar a sua intervenção, o Presidente disse que, "para conseguir esse objectivo político, que o interesse nacional impunha a um povo que 'não cabia no berço em que nascera', houve que pensar, que delinear, uma estratégia, uma vez que, à partida, aumentar o poder nacional envolveria o alargamento das frágeis fronteiras de segurança, o aumento do diminuto território, a valorização da posição portuguesa perante o mundo cristão,

o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, o desenvolvimento da reduzida economia, e o aumento do poder militar-naval".

Na breve cerimónia que se seguiu, o Presidente entregou o diploma de Membro Honorário e respectivo Colar ao ALM CEMA/AMN, que agradeceu "a honra de fazer parte da Academia" e destacou a relevância da missão a que se dedica.

De seguida foi apresentada a conferência de Abertura, intitulada "Ceuta: um marco no processo legitimador da dinastia de Avis", pela académica Maria Helena da Cruz Coelho.

Depois de um breve intervalo, teve início a apresentação das comunicações conforme previsto no programa do simpósio.

Na sessão de Encerramento, novamente presidida pelo CEMA/AMN, ALM Macieira Fragoso, foi apresentada a conferência de Encerramento "Ceuta e a expansão: uma nova definição da Fronteira Marítima Portuguesa", pelo académico Luís Adão da Fonseca, da comissão científica do simpósio.

Seguiram-se breves palavras de congratulação e agradecimento por parte do académico António Dias Farinha, presidente da Classe de História Marítima e da comissão científica do simpósio.

Nas suas palavras de encerramento, o Presidente da Academia de Marinha renovou os agradecimentos aos oradores, aos participantes, aos membros das comissões organizadora e científica, bem como a toda a guarnição da Academia, congratulando-se pelo "resultado notável de sucesso deste evento".



Foto: ISAR A Ferreira Dias

Em finalização conclusiva, o Presidente disse que os presentes “se deveriam interrogar sobre as conclusões a retirar de tão vasto universo de ideias, transmitidas pelos 34 oradores, formular a sua própria síntese (...) e retirar as lições sobre a epopeia de Ceuta, ou seja, sobre o início do derrube da parede do mar, alargando o espaço que a espada castelhana limitava a Portugal”. Expressou a sua convicção de “que a expedição a Ceuta correspondeu, na verdade, aos imperativos do interesse nacional e aos consequentes objectivos estratégicos” que referira na intervenção de Abertura. A terminar enfatizou que os objectivos estratégicos do jovem e ambicioso Portugal não andarão muito longe dos actuais, fazen-

do “um apelo que gostaria que pudesse chegar a todos os nossos concidadãos. É o de que também hoje precisamos de nos expandir, de aumentar o poder nacional”, havendo agora a necessidade de uma nova conquista, “o Mar Português com a sua gigantesca plataforma continental que se espera possa atingir os quatro milhões de quilómetros quadrados. A conquista terá de englobar componentes científicas, tecnológicas, económicas e também de segurança, com estas a assumir um papel importante, face às coisas de que o nosso mar é objecto”.

Colaboração da **ACADEMIA DE MARINHA**

PROGRAMA

10 de novembro

Presidente da mesa: António Dias Farinha

Vasco Soares Mantas – Dos feitos de Hércules aos feitos Lusitanos. Ceuta e o Estreito no Mundo Antigo e Medieval.

João Abel da Fonseca – A empresa de Ceuta-dos antecedente às circunstâncias que ditaram as causas próximas.

José Malhão Pereira – O condicionalismo físico do estreito de Gibraltar e a Expedição a Ceuta.

Presidente da mesa: João Abel da Fonseca

Fernando Villada – Puertos, abrigos y fondeadores de Ceuta (siglos XIV-XVI).

Manuel Cadafaz de Matos – Meios culturais e religiosos em Ceuta entre 1408 e 1415: o testemunho de um historiador do livro e das mentalidades.

Francesco Guidi-Bruscoli – The conquest of Ceuta seen through contemporary Italian sources.

Presidente da mesa: Vasco Soares Mantas

José Rodrigues Pereira – De Ceuta para o Atlântico. As primeiras expedições marítimas portuguesas.

Fernando Gomes Pedrosa – A pesca e o corso nos antecedentes da Expansão Marítima.

João Marinho dos Santos – Ceuta – Base Escola do Corso Ultramarino Português.

11 de novembro

Presidente da mesa: Adriano Beça Gil

Abílio Pires Lousada – As tapeçarias de Pastrana no Contexto das Conquistas de Arzila e Tânger por D. Afonso V.

António de Andrade Moniz – Ceuta e as duas políticas da Expansão Portuguesa.

Maria Celeste Moniz – Os Painéis de S. Vicente, manifesto sociopolítico de Regente D. Pedro.

Presidente da mesa: Francisco Contente Domingues

Luís Miguel Duarte – A marinha na conquista de Ceuta em 1415.

Jorge Semedo de Matos – Ceuta e o Estreito: Vantagens Táticas e Estratégia Naval, no Século XV.

Margarida Garcez – Informação e contra-informação na “Empresa de Ceuta”: a embaixada ao duque da Holanda.

Presidente da mesa: Luís Miguel Duarte

José Manuel Garcia – Lisboa e o início da Expansão Portuguesa.

Filipe Themudo Barata – O corso e a pirataria a partir de Ceuta, instrumento político e negócio popular.

Nuno Silva Campos – Guerra e corso em Ceuta durante a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437).

Presidente da mesa: Filipe Themudo Barata

Pedro Gomes Barbosa – “...As abelhas significamos nos outros e os pardais são os cristãos”. – A visão do Mouro na Crónica de Zurara.

Henrique Pinto Rema – Os Frades menores em Ceuta e na Mauritânia.

Vítor Serrão – Iconografia do Ouro e do Exótico na arte sequencial à Conquista de Ceuta, Séculos XV e XVI.

12 de novembro

Presidente da mesa: José A. Rodrigues Pereira

Amândio Barros – Repensar Ceuta. Da armada de conquista às armadas de patrulha (séculos XV e XVI).

Marco de Oliveira Borges – D. Álvaro de Castro (Senhor de Cascais) em Ceuta: serviço militar e abastecimento durante as décadas de 1440-1450.

Carlos Guardado da Silva – Ceuta na narrativa de Nicolau Lanckman de Valckenstein (c.1467).

Presidente da mesa: Amândio Barros

Fernando Larcher – Em torno da Ordem de Cristo e da Conquista de Ceuta.

Tiago Machado de Castro – Viagem ao Estreito em 1524. O Livro de Contas de Francisco Anes Gago.

Roger Lee de Jesus: Entre Ceuta, Tânger e o Estreito: o percurso norte-africano de D. João de Castro (1518-1544).

Presidente da mesa: José M. Malhão Pereira

Ana Paula Avelar – Ceuta como tópico narrativo no discurso hidrográfico da expansão portuguesa.

Rui da Costa Pinto – Ceuta: da Primeira República ao Estado Novo. Aspectos iconográficos e históricos.

Carlos Manuel Valentim: O Clube Militar Naval e os centenários da Conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque (1915).

Presidente da mesa: Ana Paula Avelar

Sérgio Campos Matos – Ceuta: Uma controvérsia historiográfica

Luís Aires-Barros – As comemorações do V centenário da tomada de Ceuta em 1915 vistas pelos relatos da ACL e SGL.

CENTRO DE COMUNICAÇÕES, DE DADOS E DE CIFRA DA MARINHA | 10 ANOS

O Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha (CCDCM) foi inaugurada em outubro de 2005, comemorando-se agora o décimo aniversário.

Projetado e edificado com uma visão de futuro, obedecendo aos rigorosos requisitos de segurança física definidos pela NATO para as áreas sensíveis das Comunicações e Sistemas de Informação (CSI), o CCDCM integra três vertentes: o Centro de Comunicações, o Centro de Dados e o Centro de Cifra. Seguindo o conceito moderno de edificação de um centro de comunicações, com dispersão geográfica, este centro inclui o edifício sede, localizado na BNL, e os polos de transmissão da Penalva e de Porto Santo e o polo de receção da Fonte da Telha.

O CCDCM é um centro de apoio às operações que tem como missão assegurar as comunicações entre os comandos e as forças e unidades e apoiar a gestão da informação e do conhecimento. É ainda a autoridade técnica da Marinha para a criptografia.

O CCDCM e a Marinha

As tecnologias de informação e comunicação tiveram uma grande evolução nos últimos dez anos. O CCDCM, com o apoio da DITIC¹ acompanhou essa evolução, merecendo destaque:

- Os serviços de processamento de mensagens da Marinha, através do sistema MMHS²;
- As radiocomunicações navais, em apoio aos navios da Marinha;
- O apoio à salvaguarda da vida humana no mar, através da compilação e difusão de avisos meteorológicos e avisos à navegação para Portugal Continental;
- Na área da criptografia, as atividades de planeamento, obtenção, controlo de material NATO e a produção de material chave nacional naval, a instalação dos equipamentos cripto em exploração na Marinha e as atividades de inspeção;
- Nas comunicações militares satélite (MILSATCOM) assegurar a coordenação do estabelecimento, controlo e monitorização das comunicações com forças e unidades navais;
- No âmbito da ciberdefesa, a ligação direta que mantém com os utilizadores para assuntos relacionados com incidentes de segurança da informação, a operar na modalidade de 24h/7d, detetando e analisando incidentes de segurança.

Para garantir uma eficaz exploração dos serviços de comunicações compete ao CCDCM operar e manter todos os sistemas de apoio, essenciais ao seu funcionamento, assim como a primeira ação na manutenção dos transmissores, recetores e equipamentos associados. Esta capacidade própria constitui-se como uma boa prática, na medida em que garante uma resposta pronta às necessidades operacionais.

O CCDCM e Outras Entidades

Atendendo às condições de segurança física e tecnológica que este centro oferece, a Marinha tem protocolos assinados com o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER) e a Força Aérea. Está ainda disponível no âmbito da Rede de Serviços Partilhados TIC da Administração Pública – RSPTIC, decorrente do Plano Global Estratégico para a Racionalização e Redução de Custos com as TIC na Administração Pública. Nos terrenos da antiga



Foto: ISAR A. Ferreira Dias

estação *Comandante Nunes Ribeiro*, e decorrente de protocolos também assinados, apoia-se a TSF, a RDP, a Radio Renascença, a Setronix e a REPART.

Em termos internacionais, importa referir o projeto BRASS³, decorrente do acordo assinado entre o MDN e a NATO para apoio de comunicações aos navios das nações aliadas e forças navais NATO, garantido pelo do CCDCM.

Comemorações do 10º Aniversário

Esta efeméride realizada na sede do CCDCM, na BNL, foi presidida pelo Comandante Naval, VALM Pereira da Cunha e contou com a participação de diversas entidades que colaboraram com o CCDCM. De referir o ALM Vidal Abreu, Chefe do Estado-Maior da Armada aquando da inauguração do centro. Do programa constou a imposição de condecorações e distintivos de embarque, a que se seguiram breves palavras do diretor e do VALM Comandante Naval e um almoço com todos os convidados e guarnição.

Direção do CCDCM

Desde a sua inauguração, o CCDCM teve quatro diretores, sendo atualmente dirigido pelo CFR Fialho de Jesus, na dependência direta do Comandante Naval e acumulando com a de Chefe de Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações do Comando Naval.

Considerações Finais

Numa era em que as comunicações e os sistemas de informação são vitais no apoio à tomada de decisão e para efeitos da ação de Comando e Controlo, o CCDCM assume-se como um organismo ao serviço da Marinha, nas diversas dimensões onde já revelou possuir capacidades e competência.

Colaboração do CCDCM

Notas

¹ DITIC - Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações.

² Military Message Handling System.

³ BRASS – Broadcast and Ship Shore System.

NOTÍCIAS

AFCEA PORTUGAL

A 10 de setembro a AFCEA Portugal visitou a Escola de Fuzileiros (EF). À chegada os 30 participantes foram recebidos pelo Comandante do Corpo de Fuzileiros, CALM Sousa Pereira, e pelo Comandante da EF, CMG Teixeira Moreira.

O programa incluiu a visita à sala Museu do Fuzileiro, recordando a sua evolução histórica, seguindo-se a apresentação do CALM CCF sobre a estrutura do Corpo de Fuzileiros, missões atribuídas e meios disponíveis.

Incluiu ainda uma apresentação do Dispositivo Operacional Estático, que deu a conhecer os equipamentos utilizados, e a demonstração de exercícios práticos do Curso de Liderança.

Após o almoço foram trocadas lembranças. O CALM Mário Durão agradeceu em nome da AFCEA a excelente visita proporcionada aos participantes.

O CALM Carlos Rodolfo foi recentemente eleito membro da Comissão Executiva do

Board of Directors da AFCEA International, passando a integrar o conjunto de diretores internacionais que influenciam a estratégia e o processo de decisão ao nível do quartel-general da organização. Mantém, ainda, funções de Vice-Presidente Regional da área Atlântica, bem como de Presidente da Mesa da Assembleia Geral do capítulo nacional.

Colaboração da AFCEA



NÚCLEO DE RADIOAMADORES DA ARMADA



Salientando a importância do Dia Internacional dos Faróis – *International Lighthouse Lightship Weekend* (ILLW) – comemorado anualmente, o Núcleo de Radioamadores da Armada (NRA) esteve presente no Farol do Cabo Sardão, nos dias 15 e 16 de agosto último, com cinco associados para operarem em CW, SSB, modos digitais e, pela primeira vez, com uma estação satélite. Contactámos 416 estações em CW, 97 em SSB, 127 em PSK/RTTY e, ainda, via satélite 15 estações, sendo 10 em SSB e cinco em CW.

A 16 de agosto, o NRA levou a efeito o *Portuguese Naval Museum Ships Activity*.

No polo Museológico de Cacilhas, onde se encontram o submarino *Barracuda* e a fragata *D. Fernando II e Glória*, ambos inscritos pelo NRA numa extensa lista mundial de nobres navios, de que também faz parte o navio-hospital *Gil Eannes*, foram ativadas as respetivas estações CS5SUB e CS5DFG.

Estabelecemos 117 contactos em CW e 54 em SSB, que poderiam, eventualmente, ser em maior número caso a propagação ionosférica tivesse colaborado.



Nestas duas atividades o NRA teve a oportunidade de divulgar, a nível mundial, não só a relevância de um farol português, que em abril de 2015 comemorou o seu centenário, como também a existência de duas unidades que fazem parte do património histórico-naval da nossa Marinha.

José Rafael Costa
MAR C 1370/72
CTG GN

VIAGENS SALGADAS - AÇORES DEPOIS DE ÁFRICA, O ATLÂNTICO



Foto Sara de Sintra

Os Açores a bordo do Navio Patrulha *Fogo*, em nove sofridos meses de enjojo e incomodidade.

Pode ser que haja navios mais duros para o mar que estes patrulhas franceses, mas deve ser difícil. Tinham um balanço inconcebível à custa de um momento endireitante diabólico. Acabei a comissão com dois calos nos cotovelos de me apoiar nas anteparas para não cair.

Entrámos uma vez na Praia da Vitória com o cromato de zinco à mostra em todo o costado do navio. A tinta havia sido tirada pelo mar, assim como duas antenas de vara de radiocomunicações, as coberturas em lona das peças, do ouriço e do guincho do ferro cortadas em tiras e a balastrada arrancada. Mais parecia o “Yellow Submarine” dos Beatles do que um vaso de guerra. Transportávamos uns soldados que iam “à terra” de licença e que já punham em causa o regresso às fileiras no final das curtas férias.

Outra vez fomos às Flores buscar uma criança com uma apendicite aguda para ser operada no Faial. A mesma era acompanhada por uma enfermeira para a assistir na viagem. Quando chegámos à Horta, a criança estava bem e a enfermeira quase precisou de ser internada, pois pouco faltou para entrar em coma, devido ao enjojo.

Cada vez que íamos para o mar, com bom ou mau tempo, a rotina cumpria-se religiosamente: enfermeiro à prancha com os comprimidos para o enjojo e toda a gente obrigada a engolir um. Havia os que diziam que os ditos lhes tiravam aquilo que, pelo menos a bordo, lhes não fazia falta de todo. Paciência! Apesar do “enjojo ser serviço”, havia que garantir que todos estavam em condições de poder realizar o trabalho que lhes competia.

O Inverno em S. Miguel no final da década de sessenta não era fácil. Os filmes chegavam a estar uma semana seguida em exibição, por falta de avião, numa terra que não tinha grandes alternativas para gente nova. O café, à tarde, era o local de encontro. Aí se juntava toda a gente jovem da terra. Aí se trocavam olhares, se combinavam encontros e se planeavam festinhas.

Com o chegar do bom tempo, as coisas melhoraram em termos de mar e em termos de terra.

Só então foi possível apreciar a maravilha que constitui este arquipélago atlântico, de origem vulcânica, onde ainda é possível

assinalar essa actividade. A Lagoa das Sete Cidades, as Furnas, a Lagoa do Fogo, a Lagoa do Congro, entre outros, são lugares maravilhosos, onde naquela época, praticamente, não havia exploração turística.

Mas foi o Pinhal da Paz o local em S. Miguel que mais me enfeitiçou pela beleza da sua flora exuberante, com as azáleas e as buganvílias em flor formando cachos de pétalas de cores garridas que depois caíam para as veredas, atapetando-as de cor e silêncio. Parecia que toda a paz e beleza do mundo ali morava, numa calmaria que enchia a alma e punha luz nos olhos. Lá em baixo, o mar, agora sereno e muito azul, à espera dum mergulho.

Não podia deixar de registar um aspecto muito curioso de insularidade radical, que naquele tempo se vivia nas ilhas do Grupo Ocidental. Os Franceses tinham uma estação de rastreio nas Flores, tendo ali construído um heliporto e mais tarde um aeródromo para pequenas aeronaves militares. Mesmo assim, era o Patrulha que prestava socorro em emergências com temporal, já que os meios aéreos não podiam ser utilizados.

Virada para esta ilha e à sua vista fica o Corvo, onde tive o privilégio de desembarcar, já que raramente isso era facultado pelo estado do mar ou pelas tarefas agendadas para o navio.

Era domingo, não havia ninguém na única rua da terra, mas ouvia-se uma espécie de cantilena que vinha do lado da Igreja. Para lá nos dirigimos. Então assisti a uma cena que não sou capaz de reproduzir na íntegra por me faltar a arte e o engenho. Parecia uma cena saída directamente dum filme do Manoel de Oliveira, com a cor laranja de um pôr do Sol de Verão como fundo, um átrio de Igreja pouco cuidado, mas onde se desenrolava um espectáculo teatral sobre Inês de Castro, num Português arcaico, com sotaque açoriano, de que se não percebia patavina. Só me ficou no ouvido qualquer coisa como - “*Ei Senhô! Pobre Inês! Quien la matou?*”


Ferreira Júnior
CMG

Nota: Extraído do livro *TERRA-MAR-E-GUERRA, Cogitações de um Marinheiro Alentejano*.

N.R. O artigo não respeita o novo acordo ortográfico.

ALIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA ÍNDIA

Muito do que se conhece da vida a bordo, na Carreira da Índia, resulta do que se recolhe nas cartas escritas pelos jesuítas, umas durante o decurso da viagem, aproveitando o regresso ao Reino dos navios que acompanhavam as naus, como é o caso daquela de que hoje se trata, ou daquelas com que se cruzavam no mar e nos portos de escala.

Regra geral, nessas cartas, para além do carácter apologético da acção desenvolvida pelos jesuítas a bordo, são veiculadas informações de diversa ordem, sobre a vida a bordo, sendo que algumas delas poderiam resultar mais do que lhes era relatado ou ouviam, do que aquilo que propriamente observavam, não se coibindo, a maior parte das vezes, de apontar soluções para os problemas que comunicavam, independentemente da sua natureza.

A alimentação a bordo, quer no que se refere à quantidade quer à qualidade, deveria ser um dos casos em que parte do relatado corresponderia ao que lhes era transmitido pelos outros tripulantes com experiência naquela viagem.

O padre jesuíta Gonçalo Álvares, que seguia embarcado na nau *Chagas*, saída de Lisboa em 6 de Abril de 1568, em viagem para a Índia, nau esta onde igualmente seguia embarcado o Vice-Rei D. Luís de Ataíde, aproveitando o regresso a Lisboa da caravela da água que acompanhava a armada, escreveu uma carta, datada de 2 de Maio, para os seus superiores, em que aponta alguns dos problemas relacionados com a alimentação os quais aparentemente terá observado.

Refere ele, na citada carta, escrita ainda não decorria um mês de viagem, o seguinte:

“E certifico que se tem pouco cuidado, que muitas das pipas da água vêm peçonhentas, umas ainda com postas de carne, outras que foram de pólvora, outras de vinagre, sendo certo que todo este mantimento custa a El Rei como bom”, acrescentando ainda que:

“... por aderências e desordens dos oficiais⁽¹⁾, contra vontade dos capitães, se embarcam algumas vezes mais a quarta parte da gente do que basta a regra⁽²⁾; e, além do mantimento não ser suficiente, adoecem muita gente e fica frustrado o serviço de El Rei”⁽³⁾.

Continua afirmando que toda a gente esperava, e não entenderia que assim não acontecesse, que fossem os jesuítas conhecedores de tal situação e não usassem da sua influência para providenciar a sua alteração pois, sendo confessores dos príncipes, os deveriam obrigar a corrigir tal estado de coisas.

Dado que os problemas continuaram a subsistir, quer no que se refere à qualidade da água, quer no que se refere ao elevado número de embarcados para cuja totalidade eram insuficientes os mantimentos, é de presumir que os jesuítas destinatários da carta não deram seguimento ao proposto ou, o que se afigura mais provável, a influência dos jesuítas não terá sido suficiente para combater os avultados interesses em jogo.

Com. E. Gomes

Notas

⁽¹⁾ Oficiais, ao tempo, eram todos os que a bordo tinham ofício, como sucedia com o piloto, o mestre, o carpinteiro, o calafate, o escrivão, o condestável, etc...

⁽²⁾ Ração.

⁽³⁾ No caso da nau *Chagas*, seguiam embarcadas, nesta viagem, 830 pessoas.

Fonte : Documenta Indica vol. VII, carta de 2 de Maio de 1568.

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.



O DOC DAS HISTÓRIAS...

Estou outra vez atrasado no envio da história. Seirei certamente o “autor” menos disciplinado da nossa Revista da Armada. Não tenho desculpas, exceto a grande quantidade de tarefas que o meu dia comporta.

Estou, presentemente, a escrever na própria carteira de uma instituição cada vez mais importante, o IESM (Instituto de Estudos Superiores Militares), agora IUM (Instituto Universitário Militar, que constitui uma instituição mais abrangente). Voltei a uma academia muito diferente daquela a que estou habituado. Já cá tinha estado, no então conhecido como Curso Complementar Naval de Guerra. O curso atual é diferente. Desde logo é diferente pela presença de militares dos três ramos das Forças Armadas. Este facto, acentuado pela partilha de tarefas, já criou um sentimento de união entre os auditores que só é reprodutível entre militares.

A simples presença deste humilde autor neste distinto grupo é uma honra que não se pode tomar de ânimo leve, ao contrário, é fonte de orgulho. Os temas são muito atuais e apesar de muito longe da área técnica onde me movimento mais à vontade, são de grande interesse e apresentados por conferencistas de grande nível, geralmente personalidades conhecidas da televisão, apresentando análises económicas e políticas da maior pertinência – que apelam a leituras novas e a sentimentos noutras áreas.

Gosto especialmente do facto de mesmo o preletor mais famoso se sujeitar a cerca de uma hora de perguntas, algumas difíceis, por parte dos senhores auditores. Grande parte deles, acredito, não aceitaria este tipo de desafio noutra contexto. Este autor também se tem aventurado nas perguntas. Contudo, tem evidenciado o péssimo hábito de contar uma história (obviamente sumária), antes da pergunta, tendo já atingido o “desejado” do “DOC das histórias”.

Este “paradigma”, o das histórias, também é usado por alguns preletores, que para exemplificar verdades da economia, do direito ou da análise política, contam histórias a propósito da *barbie doll*, que representa um potentado económico, cuja compreensão é inacessível ao mais comum mortal, ou da mercearia do



seu pai, que acabou num grande centro de distribuição, lucrativo e internacional. As histórias do DOC, essas são naturalmente sobre as pessoas. Ora as pessoas são o centro das organizações e foi nos navios que essa realidade se tornou evidente. Tudo o resto, os trabalhos, as apresentações, os pavões, as gaivotas, tudo isso fará parte de uma memória que será fonte de muitas outras histórias, muitas sensações, muitas emoções...a escrever posteriormente.

Quase me sinto outra vez na Marinha, uma vez que até o pastel de nata já é sobremesa às quintas-feiras, certamente uma grande e benéfica influência naval. O “intervalo da bolacha” permanece um *standard*, um oásis a preservar. Não é bom ter carros pretos, sobretudo se limpos. Aparecem misteriosamente riscados, por fantasmas de outros tempos, que certamente ainda habitam o lugar. Curiosamente, acredito que em lugares como este, cada um deixará uma pequena parte de si, muito para além das fotos a que o protocolo obriga. De resto, o médico faz sempre aquilo para que está mais habilitado: passa receitas. Agora arte digital de grande valia no meio académico e a que o DOC das histórias não se tem furtado.

Serve, por fim, este escrito para explicar aos muitos marinheiros que “não me encontram”, que ainda estou na Marinha, só que noutra contexto. A todos um grande, grande abraço, com votos de Boas Festas e um melhor 2016.

SUBSTÂNCIAS ERGOGÉNICAS

Pessoalmente não sou apologista do uso de suplementos alimentares em detrimento de uma alimentação saudável e equilibrada. Contudo, tem-se assistido na última década a um aumento do consumo de suplementos. Por serem usados tão frequentemente e por um espectro tão alargado da população tornaram-se banais. No entanto, raras são as pessoas que procuram literatura científica ou opinião médica especializada em relação a esta temática. Em vez de prescritos por profissionais de saúde, muitos suplementos são tomados apenas por conselho de conhecidos ou de familiares. Isto é um problema pois, como qualquer fármaco, estas substâncias químicas têm indicações e contraindicações precisas, raramente respeitadas, e efeitos secundários. Para agravar este problema de saúde pública, a venda destas substâncias gera um lucro enorme, o que justifica um apoio publicitário relevante (muitas vezes com recurso a atletas ou treinadores conceituados), na maioria das vezes sem haver estudos científicos que o suportem. Também a sua produção é pouco regulamentada e têm surgido várias situações em que o conteúdo anunciado no rótulo da embalagem não corresponde às substâncias encontradas numa análise laboratorial detalhada. Estas substâncias, desconhecidas do comprador, podem levar a situações graves de saúde, pelo que considero importante um artigo sobre este tema. Vou restringir-me aos suplementos usados na melhoria do rendimento desportivo, nomeadamente as substâncias ergogénicas. Para melhor compreensão deste assunto específico foi pedida colaboração ao 1TEN MN Santos Henriques, médico do Centro de Educação Física da Armada.

AP – O que são substâncias ergogénicas?

SH – São todas as substâncias que induzem uma melhoria do desempenho físico do corpo humano para além daquele conseguido pelo treino. A palavra ergogénico deriva das palavras gregas *ergo* (trabalho) e *gen* (produção). Posto isto, o intuito do uso de ergogénicos é aumentar o rendimento através da intensificação da potência física, da força mental ou do limite mecânico e, assim, prevenir ou retardar o início da fadiga.

AP – Estas substâncias são produtos “naturais”?

SH – De acordo com a sua existência natural no organismo, estas podem ser classificadas como fisiológicas (ex: suplementos nutricionais) ou artificiais (ex: fármacos).

AP – O que poderá motivar as pessoas a usar estas substâncias?

SH – As razões que levam as pessoas a utilizar este tipo de substâncias são muito variadas e dependem dos objetivos que procuram atingir com a sua utilização: melhoria do rendimento desportivo, imagem corporal, rendimento profissional ou social, entre outros.

AP – Então se os ergogénicos fazem com que os atletas tenham um melhor rendimento físico no desporto, dá-lhes vantagens competitivas desiguais em relação aos atletas que não as utilizam. Estas substâncias não são ilegais no desporto?

SH – Efetivamente, o consumo destas substâncias é normalmente associado à dopagem no desporto federado, mas a verdade é que, por um lado, nem todas são consideradas substâncias dopantes e, por outro, o seu consumo é hoje em dia generalizado pela população, em especial nos utentes de ginásios e algumas classes profissionais (ex: forças de segurança e militares). Segundo o Código Mundial Antidopagem, para que uma substância seja considerada dopante tem de cumprir dois dos seguintes três critérios: tem potencial para melhorar,

ou melhora efetivamente, o rendimento desportivo; constitui um risco para a saúde do atleta; a sua utilização viola o espírito desportivo. Fora do desporto profissional, a nossa maior preocupação é o consumo de substâncias que põem em risco a saúde dos indivíduos.

AP – Mas os consumidores conhecem os riscos de saúde que podem estar associados a estes produtos? Existe alguma lista das substâncias perigosas?

SH – A lista de substâncias ergogénicas que impõem riscos importantes para a saúde dos consumidores é extensa e esses riscos são muitas vezes desconhecidos ou ignorados. A referida lista inclui, a título de exemplo, estimulantes (anfetaminas, cocaína), narcóticos (heroína, morfina), canabinóides (haxixe, marijuana), esteróides anabolizantes (nandrolona, testosterona) e hormonas peptídicas (hormona do crescimento, eritropoietina). Também não se deve desvalorizar o risco de consumo inconsciente, particularmente no contexto dos suplementos nutricionais, quando os ingredientes que compõem o produto não correspondem aos que são mencionados na informação contida na embalagem. Estudos demonstraram que esta situação acontece em pelo menos 20% dos suplementos à venda no mercado destinados a praticantes desportivos, isto porque não existe uma regulação específica da produção de suplementos nutricionais.

AP – Que efeitos secundários podem ocorrer aquando da toma de ergogénicos?

SH – Quero destacar os efeitos nefastos dos esteróides anabolizantes que são particularmente escolhidos por pessoas que querem apresentar um corpo mais musculado. Os efeitos secundários podem ser divididos em gerais e específicos do género. Os primeiros incluem a queda de cabelo, acne, lesões ao nível do sistema reprodutor e infertilidade, roturas tendinosas, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares e hepáticas,



aparecimento de tumores malignos no fígado e próstata, aumento da agressividade e dependência psíquica. Os efeitos secundários específicos dos homens abarcam o aumento das glândulas mamárias, atrofia testicular e impotência sexual. Já os efeitos secundários específicos das mulheres passam pelo crescimento de pêlos em áreas próprias do género masculino (ex: barba), alteração da voz, diminuição do tamanho das glândulas mamárias, alterações do ciclo menstrual e aquisição de morfologia corporal masculina (ombros largos e tronco muito desenvolvido). Em suma, a toma, única ou continuada, de esteróides anabolizantes pode provocar danos importantes à saúde e, em última análise, a morte.

É imperativo evitar o consumo de substâncias ergogénicas que apresentam prejuízo comprovado para a saúde. Devemos ter sempre presente que um treino adequado, descanso e uma boa alimentação são, na maioria dos casos, os fatores mais importantes no rendimento desportivo.

Ana Cristina Pratas
1TEN MN

www.facebook.com/participanosaudepartodos
saudepartados@outlook.pt

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 189

NORTE (N)				ESTE (E)			
♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣
6	7	A	6	9	8	9	D
3	6	8	5	8	5	6	V
2	3	3	5	5	4	4	10
	2						9
OESTE (W)				SUL (S)			
♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣
7	D	D	8	A	R	R	A
4	V	V	4	R	R	7	R
	10	10		D			7
	9	3		V			2
		2		10			

E –W vuln. S joga 6♠ e recebe a saída a ♥D. Qual deve ser a sua linha de jogo para tentar cumprir o contrato, podendo avançar que nas mãos da defesa não existem chicanas nem singletons?

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 189

Analisando as 2 mãos facilmente se constata que a 12ª vaza estará certamente em ♣, caso o naipe esteja 3-3 (36%), bastando para isso destrufar, bater A♥ e o outro, e apurando o 4º. Todavia, esta mão será a maneira tecnicamente correta de jogar, pois deve precever-se para a distribuição mais provável de 4-2 (48%). Assim, tem de desenvolver a sua linha de jogo para a hipótese de na mesma mão estarem os 3 trunfos. Vejamos, portanto, como deve jogar: A♥ e corta o último ♣ para a 12ª vaza. É evidente que se os estivessem 3-3 poderia jogar da mesma maneira e bastaria tirar o trunfo para acabar o jogo. Se 5 tivesse encontrado 4♣ em E e 3♣ em W, ou inversamente, o contrato seria incurrível.

Nunes Marques
CALM AN

PALAVRAS CRUZADAS

Problema nº 471

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

HORIZONTAIS: 1 – Cidade e município do est. do Rio de Janeiro, Brasil. 2 – Rei dos Amalecitas, vencido por Saul, e cortado em pedaços por ordem de Samuel (Bíblia); metal precioso. 3 – 1 core; rapaz (bras.); artigo. 4 – Andava; é quase Erasmo; grito de dor. 5 – Misturar. 6 – Alcoviteira. 7 – Retarde; guisado de carne com batatas e legumes (Pl.). 8 – Andar; coisa agradável num meio que o não é (Fig.); entre nós. 9 – Muitos; grande quantidade; rio de Portugal, afluente do Vouga. 10 – Escudeiros; cais. 11 – Cidade fliótdia, que deu nome a Guerra Lamiaca, entre a Grécia e a Macedónia, depois da morte de Alexandre (323); veio da madeira.

VERTICAIS: 1 – Tapete (Ant.); pequeno peso indiano. 2 – Fêmea do cavalo; sova. 3 – Batráquios; ontem; no princípio de momo. 4 – No meio do rego; dorme na confusão; nota musical. 5 – Pôr em praça. 6 – Espécie de alopecia, em que os cabelos caem por partes, dando clareiras serpentiniformes; consentimento. 7 – Natural ou habitante da Assíria. 8 – Sono infantil; lebres das pampas; símb. quím. do germânico. 9 – Borrás; no início de ragueira; sadias. 10 – Apre; grande cobra do Brasil que atinge dez metros de comprimento. 11 – Género dramático do séc. XIV e XV em França, em que todas as personagens faziam papel de doído, com alusão a personagens do mundo real; cidade dos Estados Unidos, capital do estado de Oregão.

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 471

HORIZONTAIS: 1 – TERESOPOLIS. 2 – AGAG; OIRO. 3 – PUS; PIA; ART. 4 – IA; ERASM; AI. 5 – AMASSAR. 6 – TERCEIRAS. 7 – TARDE; RAGUS. 8 – RI; OASIS; ca. 9 – CEM; RIO; SUL. 10 – AIOS; GARE. 11 – LAMIA; LESIM. VERTICAIS: 1 – TAPIZ; TICAL. 2 – EGUA; TAREIA. 3 – RAS; ERA; MOM. 4 – EG; EMRDO; SI. 5 – PRACEAR. 6 – OFIASE; SIM. 7 – ASSIRIO. 8 – 00; MARAS; GE. 9 – LIA; RAG; SAS. 10 – IRRÁ; SUCURI. 11 – SOTIA; SALEM.

Carmo Pinto
1TEN

SUDOKU

Problema nº 21

FÁCIL

3	7							8
	8		3	6	2			1
1		2	8			6		
7			5			3	9	
	2	5				1	4	
	3	9			7			2
		3			9	5		4
	5		1	4	6		7	
4							8	1

DIFÍCIL

		9					5	4
		2		1				7
				9	6			3
			6	4				
3			9		1			5
				7	8			
7			2	6				
9				5		1		
2	6					3		

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 21

FÁCIL

1	8	1	5	9	8	1	4	2	8
9	4	8	3	5	7	1	2	7	3
7	1	3	2	6	9	5	4	8	4
4	2	6	5	7	8	9	3	1	2
8	7	6	7	1	4	4	7	5	6
5	9	1	6	4	3	7	8	2	7
8	5	4	7	6	6	6	2	1	3
6	3	2	4	1	5	8	6	2	7
3	7	6	9	5	1	4	2	8	3

DIFÍCIL

1	8	1	5	9	8	1	4	2	8
9	4	8	3	5	7	1	2	7	3
7	1	3	2	6	9	5	4	8	4
4	2	6	5	7	8	9	3	1	2
8	7	6	7	1	4	4	7	5	6
5	9	1	6	4	3	7	8	2	7
8	5	4	7	6	6	6	2	1	3
6	3	2	4	1	5	8	6	2	7
3	7	6	9	5	1	4	2	8	3

NOTÍCIAS PESSOAIS

COMANDOS E CARGOS

• CALM António Manuel de Carvalho Coelho Cândido, Diretor-Geral do Instituto Hidrográfico • CMG Fernando Jorge Ferreira Seuanes, Comandante da Zona Marítima dos Açores • CMG Vítor Manuel Mendes Saraiva, Adido de Defesa na Embaixada de Portugal em Pequim (RPC) • CMG Rui Manuel Figueiredo Pereira da Silva, 2º Comandante da Escola Naval • CFR João Pedro Alves de Brito Monteiro da Silva, Comandante do NRP D. *Francisco de Almeida* • CFR Pedro Manuel da Cruz Rafael, Comandante do NRP *Vasco da Gama*.

FALECIDOS

• 65870 CMG MN REF Elias de Vargas Rodrigues da Rosa • 613956 1TEN OTS REF Armando da Conceição Coelho • 373954 SMOR CM RF Joaquim Guerreiro Emídio • 487557 SMOR TRC REF José Trindade Dias Galvão • 108475 SAJ L REF Adriano Fernandes de Sousa • 1107863 2SAR FZ DFA REF Raúl de Almeida Viegas • 251153 CAB SE REF José da Silva Carvalho • 282553 CAB CM REF Manuel Nicolau Berrincha • 349753 CAB CM REF Armando dos Ramos Claro • 55667 CAB T REF Fernando Manuel Correia de Morais Jurado.

CONVÍVIOS

"FILHOS DA ESCOLA" | OUTUBRO DE 1972

Comemorou-se no passado dia 3 de outubro, no restaurante "Litoral", zona de Pombal, o 43º aniversário dos "Filhos da Escola" de outubro de 1972. O almoço anual, com longa tradição, decorreu em franco convívio, evidenciando o reforço dos sólidos laços de amizade e companheirismo nascidos aquando do serviço na Armada Portuguesa a que todos devotam um elevado sentimento de reconhecimento e orgulho. Ficou já agendado o próximo encontro para 20OUT16, na cidade transmontana de Vila Real.



MARINHEIROS DO CONCELHO DE FERREIRA DO ZÊZERE

No dia 10 de outubro realizou-se no refeitório do Centro de Recuperação Infantil, o 15º convívio da Associação Marinheiros do concelho de Ferreira do Zêzere. Este evento contou com a presença de 105 convivas, entre sócios, familiares e convidados, tendo-nos honrado com sua presença, o Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, Dr. Jacinto Lopes. Antes do almoço, realizou-se na Sede da Associação, a Assembleia Geral para a apresentação do relatório e contas relativo ao exercício do ano transato e eleições para os corpos sociais para o biénio de 2015/17.

Para o ano ficou a promessa de mais um animado convívio.

NRP AUGUSTO CASTILHO 2º ENCONTRO DE GUARNIÇÕES

Realizou-se no dia 21 de novembro, no "Manjar das Laranjeiras", o 2º encontro de várias guarnições do NRP *Augusto Castilho*. O convívio contou com a presença de cerca de 40 elementos e familiares, e com o penúltimo comandante do navio. Estiveram também presentes 12 elementos que fizeram a última comissão a Cabo Verde 1974-75. Recordaram-se os bons momentos passados na altura, lembrando o Cmdt. Hélder Martins Viegas e o navegador ALM Saldanha Lopes, entre outros elementos que não puderam estar presentes.

Espera-se o 3º encontro na primeira quinzena de junho de 2016.

Foto José Armada





SÍMBOLOS HERÁLDICOS

CAPITANIA DO PORTO DA NAZARÉ



José Calvo

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de ouro com rosa de azul com centro e sépalas de prata, posta em ponto de honra entre duas âncoras de vermelho nos flancos. Ponta de negro carregada de massacre de veado de prata. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «CAPITANIA DO PORTO DA NAZARÉ».

SIMBOLOGIA

A ponta de negro simboliza a falésia onde o milagre impediu o almirante D. Fuas Roupinho de se precipitar, quando perseguia o veado durante uma caçada, aqui representado pelo massacre de prata. A rosa de azul alude à “Rosa Mística” que providencialmente salvou D. Fuas Roupinho. Além de símbolo do almirante, a âncora é sinónimo de perseverança, firmeza e segurança, sublinhando também a ligação ao mar e à Autoridade Marítima.

* Brasão adaptado a partir de um original da autoria do mestre Bénard Guedes (1931-2012).



SÍMBOLOS HERÁLDICOS

CAPITANIA DO PORTO DE LISBOA



José Calvo

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de prata com um corvo de negro com as asas adossadas e abertas, animado de prata e armado de vermelho, segurando na garra dextra um croque de abordagem de vermelho, pousado num monte de sete cômoros de negro, assente em ponta de cinco faixas de verde e prata. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «CAPITANIA DO PORTO DE LISBOA».

SIMBOLOGIA

O ondado de verde e prata e o corvo são elementos das armas municipais de Lisboa, aludindo o corvo à lenda de S. Vicente. Os sete cômoros simbolizam as colinas da cidade. O croque, sinónimo de perseverança, firmeza e segurança, sublinha a ligação ao mar e à Autoridade Marítima.

* Brasão adaptado a partir de um original da autoria do mestre Bénard Guedes (1931-2012).